ARCHIMEDES, O PROFESSOR

Deixemos em paz o pesquisador, o íntegro, o culto, o jornalista, o simples e o intelectual, que, de tudo isto, já disseram J. J. Torres e comentaristas outros.

Digamos, sim, do Archimedes que soube imprimir à sua "A PARAÍBA NA REVOLUÇÃO DE 1817" o sabor edificante de uma lição.

O autor reconhece na tessitura de seu livro uma validade didática, por isso que, mais ainda, o julgamos imprescindível à juventude de hoje, tão falha em conhecimentos nossos.

De comum, os historiadores ressaltam a revolução nordestina de 1817 como genuinamente pernambucana, e, como tal, citam-lhe fatos, causas, heróis e mártires.

A. Souto Maior, um dos autores, no momento, mais em voga no campo do ensino colegial, reservou, na sua "HISTÓRIA DO BRASIL", oito páginas para o referido acontecimento. E, em todo o contexto, da Paraíba e dos paraibanos, apenas isto: — "Não tardaram aderir ao movimento a Paraíba, o Rio Grande do Norte e Alagoas". Nada mais disse, nem lhe foi perguntado...

"A PARAÍBA NA REVOLUÇÃO DE 1817" desfaz esse erro de todos os compêndios e de todos os tempos, e nos mostra, e nos ensina, que aquela revolução foi fermentada e desencadeada ao mesmo tempo em Pernambuco e na Paraíba; que teve âmbito regional com aspiração nacional; que, em tudo, estivemos em paridade ao Estado vizinho; que a idéia revolucionária empolgara toda a Paraíba de leste a oeste; e que, também, tivemos as nossas lutas, as nossas hostes, os nossos heróis e os nossos mártires.

Archimedes, se bem o diz, melhor o prova. E o faz em capítulos curtos, concisos e incisivos. Quase em ritmo de ficção. Uma ficção dentro da realidade histórica. Uma realidade que não chega a entediar, de vez que, contida em linguagem escorreita, emoldurada, contudo, pela simplicidade característica das cousas inteligentes.

O livro é uma reparação à secular injustiça histórica de que a Paraíba vem sendo vítima.

Esta, a grande lição que Archimedes Cavalcanti, muito paraibanamente, nos ensina. — SABINIANO MAIA, in "O NORTE", 02-04-1971.

ARCHIMEDES CAVALCANTI — A Cidade de Parahyba na Época da Independência

ARCHIMEDES CAVALCANTI

A Cidade de Parahyba Na Época da Independência

(Aspectos sócio-econômicos, culturais e urbanísticos em volta de 1822)

Edição Comemorativa do Sesquicentenário
Imprensa Universitária
João Pessoa — 1972

OPINIÕES SOBRE ARCHIMEDES E SEUS LIVROS PUBLICADOS

"Apreciei sobremodo seu trabalho JORNAIS E JORNALISTAS PARAIBANOS. Sua pertinácia de investigador nunca se perde. Você apresenta tudo com uma forma despretenciosa e correta".

* * *

"Excelente o seu trabalho — A PARAÍBA NA REVOLUÇÃO DE 1817. Como tudo que elabora, é consciencioso e equilibrado. Admiro o cuidado com que depura e ordena a matéria, sem deixar nada vago nem duvidoso. Expõe diretamente, com notável nitidez. Sua pesquisa aduziu novos elementos que esclarecem o quadro histórico atribuindo-lhe maior interesse e movimento".

* * *

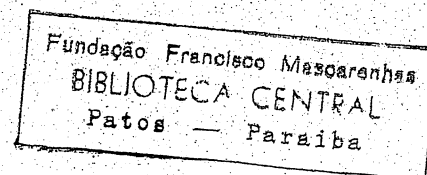
"Agradeço, muito penhorado, a crônica por minha posse na Academia Brasileira de Letras, em termos que me desvaneceram demais pela autoridade de que se revestem. Gostei sobremodo de suas palavras, não só porque sua generosidade me tocou o coração, como, principalmente, pela sua beleza. Estava o meu nome numa boa moldura". — JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA.

* * *

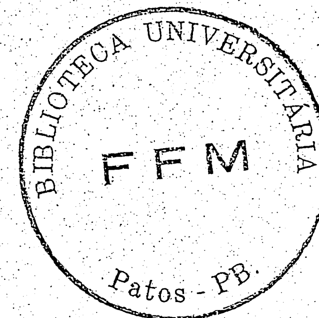
"Felicitações pela vibrante e nítida monografia de 1817, precisa, emocional, legítima". — LUIZ DA CÂMARA CASCUDO.

* * *

"É um trabalho bem escrito, perfeito. Posso afirmar-lhe, sem intuitos de lisonja, que, até agora, é o melhor que conheço sobre o malogrado movimento revolucionário". — GUIMARÃES BARRETO.



ARCHIMEDES CAVALCANTI



A CIDADE DE PARAHYBA NA ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA

(Aspectos sócio-econômicos, culturais e urbanísticos em volta de 1822)

IMPRENSA UNIVERSITÁRIA
— 1972 —

Edição Comemorativa do

SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Prefeitura Municipal de João Pessoa

Sob os auspícios da Universidade Federal da Paraíba e da Comissão Estadual do Sesquicentenário

7 de Setembro de 1972

S U M Á R I O

Cavalcanti, Archimedes
1927 —

A cidade de Parahyba na época da Independência; (aspectos sócio-econômicos, culturais e urbanísticos em volta de 1822) João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, Imp. Universitária, 1972.

PB-UFbc CDU981(813.31)"1822"

À
memória de Sotero Cavalcanti,
primeiro patrício a me ensinar amor pelo Brasil.

E como homenagem ao Patrono do meu Instituto Histórico.
Irineu, mesmo depois de morto, me ensinou toda história
— e com que mestria Irineu Pinto ensina a História da Paraíba!

CUMPRINDO ORDENS

O calendário cívico do Brasil assinala, em 1972, dois acontecimentos gratíssimos à Paraíba e, de modo particular, à Cidade de João Pessoa — o Sesquicentenário da Independência e o 387.º aniversário de fundação do Estado e da Capital.

O 7 de Setembro afora, a chegada triunfal da urna venerável contendo os despojos do Defensor Perpétuo, Imperador Pedro I, com discurso peregrino do Governador Ernâni Sátyro e efusiva recepção dos paraibanos, constituiu a nota de relevo das comemorações organizadas pela Comissão Estadual do Sesquicentenário, à frente o DD. Secretário de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, Prof. Dr. José Carlos Dias de Freitas.

O 5 de Agosto, por sua vez, teve reanimadas as tradicionais celebrações com que a população da Capital, desde os primórdios de sua formação social, homenageia a Padroeira e a criação da Cidade de Nossa Senhora das Neves. A jovem equipe da Edilidade, contagiada de dinamismo e anseios desenvolvimentistas, planejando e executando arrojados programas administrativos, mas sensível também à manutenção das boas tradições, fez ressurgir, no lugar devido e com as atrações e esplendor de outrora, a Festa das Neves.

Quis o Prefeito de João Pessoa, Dr. Dorgival Terceiro Neto, que escrevêssemos alguma cousa capaz de marcar a presença da Prefeitura, em letra de forma, nas festividades dos dois eventos históricos. Pensou, naturalmente, que todo sócio de Instituto Histórico é capaz de escrever para a posteridade... Recebemos a incumbência, sem dúvida muito honrosa, do sisudo Almotacé-Mor por intermédio de seu irrequieto Arauto, que outros dizem Secretário Assistente de Divulgação e Turismo, Dr. Severino Ramalho Leite.

Ambos confrades meus, de imprensa, amigos e companheiros, lhes não poderia faltar, mormente no ensejo dessas comemorações patrióticas e sentimentais.

Possa ter este trabalho valimento acima de nossa suposição. De qualquer maneira, permitiu não nos omitíssemos entre os consócios do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, convocados pela Comissão Estadual do Sesquicentenário a rememorar os sucessos que redundaram na data magna da Nacionalidade.

As ordens estão cumpridas.

Cidade das Acácias, no dia de
Nossa Senhora das Neves, 1972

ARCHIMEDES CAVALCANTI

MEU SUBLIME TORRÃO

Num recanto bonito do Brasil
sorri a minha terra amada
onde o azul do céu
é mais cor de anil
onde o sol tão quente
parece mais sutil
lá eu nasci — me criei
fiz canções e amei
sempre tive inspiração
lá no Nordeste imenso
tem um fulgor intenso
meu sublime torrão

A minha terra
que só encerra
belezas mil
pode ser chamada
a namorada do meu Brasil
minha terra tem
o cantar dos passarinhos
na lagoa os gansinhos
com seus nados devagar
as pequenas tão gentis
ostentando os seus perfis
numa noite de luar
não tem a fama da baiana
mas a paraibana
sabe amar — tem sedução
Paraíba hospitaleira
morena brasileira
do meu coração

GENIVAL MACEDO
1940

A canção, que o povo pessoense canta desde 1940, foi adotada oficialmente como Hino da Cidade de João Pessoa neste ano do Sesquicentenário da Independência do Brasil. O Prefeito Dorgival Terceiro Neto sancionou a lei respectiva, aprovada pela unanimidade da Câmara Municipal, sob aplausos gerais.

"Ave, Cidade
cheia de graça!
O meu espírito é contigo!
Para a minha alma
és entre todas
a mais querida.
. . . .
. . . .
. . . .
. . . .

Linda Cidade,
de torres altas
coloniais,
de jardins verdes
cheios de fontes
e de palmeiras
imperiais;
. . . .
. . . .
. . . .
. . . .

Cidade ingênua,
mãe adotiva,
mas dadivosa,
. . . .
. . . .
. . . .
. . . .

. . . meus versos
possam um dia
cantar, fulgir
os heroísmos
do teu passado
e as esperanças
do teu porvir".

PERILO DOLIVEIRA
1928

NOTA PRELIMINAR

Uma ressalva se impõe, de início, a bem da verdade histórica. Não vejam, os possíveis leitores, nestas páginas, rasgos de ufanismo. Exageros de amor à terra natal. Patriotismo exacerbado. Tampouco, delírios de escritor bairrista. De forma alguma!

Amamos demais a Paraíba. E, apaixonadamente, sua formosa e acolhedora Capital. Ninho de paraibanos ilustres, homens de vôos altaneiros, é também mãe adotiva e dadivosa de muita gente, como bem disse o genial Perilo Doliveira, o vate imortal de *Ave, Cidade!*

Razão temos e demasiada para exteriorizar nossa vaidade por este pedaço do Brasil.

Amam-no estrangeiros, por igual. Vez por outra um "gringo" dá o ar de sua graça por estas paragens. Aqui chega, aqui fica para o resto da vida. Que o diga o cordial caçador de borboletas Jorge Kesselring, com quem travamos amizade no dia do desembarque. Mania de serenatas, concertina em punho tocando valsas alpinas ("Chuva de Ouro" é uma beleza!), e terminou sendo "caçado"... Tem voltado à Suíça, mas para rever parentes e exibir suas ricas coleções de lepidópteros nativos. Outro filho da velha Helvécia, bonacheirão e por todos estimado, que se amarrou à taba tabajara, foi João Wegelin. Morreu deixando muitas saudades.

Judeus e árabes nunca brigaram entre nós. Schapiro fabricava vinhos deliciosos e Said Abel nem precisava de bebê-los para brincar um carnaval de arromba nos salões do Clube Astréa, barrete vermelho à cabeça no melhor estilo mourisco. Bernardo Romoff vendia móveis abaixo do custo (jura por Deus!) e Boris quando fica nostálgico em São Paulo vem para uma curtição em João Pessoa. Quem o hospeda é

filho de libanês que nos legou de um consórcio com moça da terra uma descendência distinta, o Rabay. Henrique Equelmann, de pais russos, nasceu em Recife, criou-se no bairro do Montepio, foi "pracinha" e campeão paraibano de basquetebol e hoje é uma das personalidades das Alagoas. Falta ser Governador.

Mustapha Isbeille possuía um armarinho na Rua 5 de Agosto. Trabalhava de segunda-feira ao meio-dia do sábado. Dava de comer aos seus oitenta gatos ou "filhinhos", como tratava-os, fechava o bazar, despedia-se do vizinho e grande amigo Everaldo Leão e partia para uma bebedeira que suspendia na noite de domingo. Um belo dia o "Grande Charles" dominou a Síria e muito islamita que vivia na corda bamba ficou alarmado. Menos o solitário do Varadouro. Ladino, ouviu a notícia na BBC e amanheceu pregando uma faixa por cima da lojinha em letras berrantes: "Mustapha Isbeille, sírio de De Gaulle"! Morreu em paz, deixando ao "Leon", por testamento, os haveres e, de quebra, a gataria.

Incontáveis os ingleses, alemães, austríacos, franceses e espanhóis que se fixaram na terrinha ajudando-a no desenvolvimento social, mercantil, artístico, industrial, agrícola, cultural, enfim. Dos primeiros, há uma memória do fundador da Academia Paraibana de Letras. Samuel Hardman, tronco de conceituada família conterrânea. E os Maul não se colocam na retaguarda. Brilham o poeta Huberto e o médico Domilson. Os do clã Holmes são mecânicos famosos. Lembramo-nos dos germânicos Emílio Kauffman, introdutor do sistema de iluminação acetilênico; Kroncke e Ernest Jener, do alto comércio algodoeiro; Alfred Heim, da indústria metalúrgica; Dr. Bosch, representante de companhia petrolífera e professor; e Madre Carolina, OSF, diretora do Instituto João XXIII.

O francês Celestin Marius Malzac e o austríaco Eduardo Stuckert foram eméritos catedráticos do *Lyceu Parahybano*. Como Jener e Heim, têm netos e bisnetos pessoenses. Não menos importante é a linhagem dos castelhanos D. Antônio Emiliano Rodriguez Pereyra, D. José Vergara "conhecido no comércio por José Hespanhol, tronco principal dos Vergaras dos nossos dias", e Don Juan Fabregas Y Plá, passando por João Y Plá e chegando ao Dr. Odilo Y Plá, atual presidente da Casa da Paraíba no Rio de Janeiro. Outro francês, o joalheiro Bernard Norat, "baixo, tão enxundioso que diziam, de três em três anos, ia à Europa tirar banha da barriga", misturou-se com os Hardman e tem tanto anglo-franco-paraibano por aí a fora que nem é bom contar!

A Universidade vem atraindo novos elementos estrangeiros e disseminam-se as sociedades de intercâmbio cultural — inglesa, francesa, italiana, Brasil-Estados Unidos. Os japoneses, para aliviar as canseiras da horticultura e da pesca da baleia, recebem turistas em Costinha e animam as tertúlias da Sociedade Cultural Brasil-Japão, o "nissei" Francisco Saldanha resolvendo as dificuldades...

Esse negócio de colônias, sobretudo italiana e portuguesa, é cousa mais simbólica que real. Pouco tempo e seus filhos nem parecem filhos de forasteiros. É o poder de assimilação do meio, absorvente, hospitaleiro, sem preconceitos. Viram todos gente da gente. Na certa os cônsules Domingos Grisi e Joaquim Augusto Silva concordarão conosco. Se discordarem, temos bons advogados a defender nossa asserção — Zémario Porto, Jovani Paulo Neto, Aziz Elihimas e Ítalo Petrucci, com apoio incondicional dos primos Gianinna Faracco e Luiz Antônio Lianza, do compadre Giacomo Zaccara e dos amigos Roberta Sobreira, Romero Araújo, Humberto Sorrentino, Fernando Teixeira e Nevinha Lemos Ritondali... É um nunca acabar o listão dos "oriundi" e dos "bascaínos"!

Causou sensação uma avó romana, neutra como os seus compatriotas aqui residentes no final da Copa do Mundo-70, terminar pendendo para o Brasil contagiada pela torcida infernal dos netos pessoenses. Houve paraibano mais querido que o médico italiano Chico Porto? Hermenegildo Di Lascio, tanto quanto os arquitetos J. B. Toni, Giovani Gioia, os Ruffo, aformoseou a cidade e o filho Mário continua a obra do benemérito da Associação Comercial — um viaduto e o outro vai despontando. Duas saudades para os bambinos Giacomo Porto e Germano Bordiga. E que dizer de "portugas" como o saudoso Alberto Teixeira, que trocou as delícias do Minho por uma família de Felipéia e jamais voltou?

Ninguém compromete a fidelidade de Luiz Spinelli a três instituições. Desdobrou-se vida a fora defendendo como um Garibaldi a família, o erário do Estado e da Prefeitura, e seu "extinto mas sempre glorioso Palmeiras"!

O dinamarquês Einar Swendsen foi um dos pioneiros do cinema em João Pessoa. Casou com paraibana, deixou vários filhos e só depois de enviuvar foi buscar a noiva que deixara esperando por ele na Dinamarca. Era aquele casal de velhinhos simpáticos, imaculadamente vestidos de branco, toda noite assistindo a filmes e freqüentando as festas rotárias. Não voltaram à terra dos nórdicos. Félici di Belli implantou a indústria salineira na Capital e Norat, à semelhança do que fazia Finizola em Mamanguape, aqui "preparou e exportou borracha

das mangabeiras paraibanas". O sueco Balabrega (John B. Miller) é personagem da *História do Teatro da Paraíba* e Bernardino Cahino "exportador dos nossos principais produtos, tendo os armazéns nas proximidades de seu pequeno trapiche, junto à ponte do Sanhauá, onde as barcas suecas e inglesas iam abarrotar-se de açúcar e algodão".

Não temos veleidade de cidade cosmopolita. Talvez em breve o sejamos, amiudando os estrangeiros as visitas a João Pessoa e o hotel de Tambaú repetindo os congressos internacionais.

Por enquanto há chilenos, argentinos, paraguaios, chineses, bolivianos, tchecos, colombianos, poloneses, ianques, belgas, canadenses, gregos, húngaros convivendo tranqüilamente ou já de sangue cruzado com os da terra como aconteceu aos Von Sohsten. Sujeito espetacular, "seu" Olíver! Saía do escritório, do Consulado de Holanda, e agarrava o saxofone. O cachimbo de metal só faltava falar. Puxou com o Major Ciraulo os cordões dos maiores, dos melhores, dos inesquecíveis carnavais de Jaguaribe e da Rua Direita.

Os batavos retornaram à Frederica. Não aportaram, desta feita, para briga. Voltaram amansados. E como se quisessem agradecer pela imortalidade do Conde nos pagos nativos de Jacoca. A perenidade de Maurício nos seis "pães de açúcar" desenhados no escudo da Capitania. O símbolo da fertilidade das várzeas tabajaras e da excelência de seu produto tradicional, agora ataviando o timbre do Instituto de Genealogia e Heráldica da Paraíba. Lembra Nassau e patenteia o altíssimo preço que pagamos pela glória de ter pertencido a Paraíba ao maior império do Mundo. Vieram pacificamente para missões educativas e beneficentes. Padre Mahon permanece de portas abertas e há umas moças loiras que não tomam genebra imitando Ana Néri bem pertinho da ponte do Sanhauá.

Falar de portugueses é discorrer sobre nós mesmos. Não há mais fronteiras separando-nos. Assim rezam nossas cartas jurídico-constitucionais. E o Atlântico, o mar tenebroso, deixa-se vencer em poucas horas. Quanto aos italianos, se desejarem saber como chegaram aqui, os nomes dos pioneiros da colônia e com que facilidade se tornaram em paraibanos, aconselhamos a página fluente e donairosa de J. Veiga Júnior.

* * *

Prestada a homenagem desta evocação — naturalmente houve omissões e muitas — um esclarecimento, por favor:

Nossa palavra será calcada tão somente nos testemunhos históricos. Abundantes e ilustrativos, reforçarão as nossas assertivas. Enormidade de depoimentos incontestes. Encontramo-los, de mão-cheia, na antiga crônica, nas narrativas de outrora, nos documentos guardados em arquivos daqui e d'além-mar, nas modernas interpretações de estudiosos do nosso passado. Em todo esse valioso acervo e vasta bibliografia da História do Brasil.

Formulado o compromisso com a verdade histórica, na elaboração deste retrospecto, vamos logo dizendo que ninguém tange do espírito paraibano o sentimento de liberdade. Sua vocação para as lutas libertárias se fez sentir desde as primeiras tentativas de conquista do solo tabajara.

Sentiu-se-lhe, então, esta tendência irresistível. E se foi ela delineando, crescendo, afirmando-se à proporção que se desenrolavam os longos anos da colonização lusa até explodir em verdadeiras epopéias. Fosse contra o jugo estrangeiro e suas ambições de domínio, fosse contra o arbítrio e a prepotência, viessem donde viessem.

Não é de admirar, pois, a soberba resistência dos primeiros filhos da terra às incursões conquistadoras. Somente com a anuência de Piragibe puderam os portugueses desembarcar no Sanhauá sem serem molestados. Nem o ato de bravura inexcedível, de incrível desprendimento, envolvendo a memória de dois marujos paraibanos, os irmãos Perez Calhau. Eles bem que mereciam um lugar ao sol, uma posição de maior destaque na história naval dos brasileiros. Nem a fulminante arrancada de Vidal de Negreiros, suscitando o nativismo e querendo a Pátria livre, depois de expulsar os holandeses. Valoroso general, admirável estadista comissionado em tantas missões governamentais, talvez por ter falado em independência lhe tenham afastado os portugueses do teatro de suas lutas — deram-lhe como prêmio um duplo governo, o do Maranhão, na América do Sul, e o de Angola, na África... E não é por motivo diferente que outro moço valente, quase impúbere mas inflamado de intransigente nacionalismo, desfila pelas ruas da capital paraibana empunhando a bandeira dos revolucionários de 1817. É Peregrino de Carvalho gritando a plenos pulmões, dias antes que lhe calassem a boca para sempre, sacrificando-lhe no patíbulo o sonho de liberdade:

— "Quem vê um brasileiro vê um patriota! Quem vê um paraibano vê um homem honrado!"

O paraibano foi sempre assim. Conduz consigo desde o berço indígena a flama inapagável do civismo. Como se fosse uma fatalidade histórica, o destino reservou-lhe o papel

de lidador de grandes pelejas libertárias. Mesmo depois do episódio transcendental do Ipiranga, a chama cívica jamais apagou-se na alma tabajara. Borges da Fonseca e Felix Antônio são paradigmas de insubmissão e destemor.

E, eis porque a altivez de um governante, negando apoio à arrogância, ao mandonismo e à trama inconfessável de liberticidas, refletiu, numa eloqüência sintética, aquele sentimento inconspurcável do paraibano. A frase curta, melhor dizendo, o dissílabo incisivo e irredutível, é a legenda que ostenta o pavilhão rubro-negro — *Nego!*

Há muita afinidade entre a Paraíba e sua Capital. A sentença irrevogável inscrita na bandeira do Estado e pronunciada num momento dramático, de difícil conjuntura nacional, que levaria o Brasil a novos rumos, encontra similitude no lema ornamental do brasão d'armas da Cidade de Nossa Senhora das Neves — *Intrepida ab origine* —, que significa: heróica desde os primórdios.

"E de dentro de trombetas verdes
clarins não são,
mas será
a ressonância ou a eclosão
de uma haste verde remando
mangue água rio e sangue
caranguejo e Sanhauá.

. . . .

Âncoras estavam presas
— as âncoras de quem chegou.

. . . .

Depois, entraram na História,
seguiram, juntos, a pé,

. . . .

para olhar aquelas terras
que então sonhavam torres
bonitas, sempre, ali, por
serem no alto da colina
e terem do verde a cor.

. . . .

Paus d'arco florindo,

. . . .

seus verdes cobrindo

. . . .

subindo e descendo,
descendo e subindo

. . . .

E quando nada faltava,
deu-se início à construção.

. . . .

E, ainda hoje, suaves
azuis aladas figuras
roçam, por azo das asas,
antigas telhas escuras.

. . . .

Há uma canção se fazendo
nos confins de Tambiá"

. . . .

JOMAR SOUTO
1972

NOTAS HISTÓRICAS

João Pessoa não passava de pequeno aglomerado humano à época dos sucessos mais de perto relacionados com a proclamação da independência do Brasil.

A atraente capital da Paraíba, em nossos dias estuante de vida e se alargando cada vez mais através de espaços periféricos, cobertos de verdes e azuis edênicos, como descreveram em terras timbiras, a Claude D'Abeville, tabajaras saudosos do paraíso perdido, e o poeta Jomar Souto na lira de seus versos telúricos, estava longe, bem longe mesmo, de ser o epicentro do amplo conjunto urbanístico da atualidade, cognominado "A Grande João Pessoa".

Mostraremos, adiante, como diferia a cidade antiga da trepidante metrópole que hoje absorve em sua área geográfica e em suas atividades sócio-econômicas grande parte da faixa litorânea e sua população. Nela demoram, agora, a belíssima praia de Tambaú, ponto turístico de atração internacional, depois da construção de seu pitoresco hotel; o Distrito Industrial, criado há dez anos e localizado no trecho da BR-101, banhado pelos rios Abiahy, Gramame e Jaguaribe; e de tal modo se acha interligada a cidades-satélites, por rodovias modernas, que os habitantes dos centros fabris de Bayeux e Santa Rita, do porto de Cabedelo, da histórica Conde, da misteriosa Alhandra e do balneário Pitimbu fazem aumentar em alguns milhares, durante o dia, o índice demográfico da Capital.

Não se pode estranhar a diferença. O desenvolvimento de João Pessoa começou a operar-se a partir de 1930 e o surgimento d'"A Grande João Pessoa" em 1950, quando a metrópole disparou em busca de expansão, progredindo como poucas no País.

Antes, sua evolução social foi lenta, muito lenta.

Imagine-se o que era há 150 anos atrás, ao se desenrolarem os acontecimentos políticos, militares, sociais e econômicos que culminaram com a separação do Brasil de Portugal e Algarves.

Chamava-se *Cidade de Parahyba*, em 1822. A prerrogativa de cidade, aliás, lhe fora dada há 237 anos. Com o lançamento de sua pedra fundamental, na mesma data de fundação do Estado da Paraíba — 5 de agosto de 1585. Surgira exibindo este título de nobreza urbanística. Di-lo sua certidão de nascimento. Atestam-no pesquisadores e cronistas de sua história. De seus fastos repassados de lances heróicos, de mártires e intrépidos cavaleiros de idéias libertárias, precursores da soberania pátria.

Fora a terceira povoação brasileira assim batizada pela burocracia oficial lusa. Antecederam-na, apenas, na cronologia das ordenações reais, a Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos e a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

O topônimo indígena, restaurado com a expulsão do invasor batavo, advém do rio em cujas adjacências se encrava a colina suave, de clima ameno e adorável panorama, escolhida para núcleo inicial da colonização efetiva. A cidade daí se estenderia, depois de erguerem no topo a Matriz das Neves, mesmo local onde hoje assenta a Catedral Metropolitana. Espreguiçado no sopé, lá embaixo, o outro rio testemunha da história quase quatrocentona da capital paraibana. Nele aportaram as caravelas portuguesas, trazendo os conquistadores e primeiros colonizadores dos sítios tabajaras — o Sanhauá.

O nome do rio maior — o Paraíba — serviria de batismo também à faixa litorânea onde ele se descobrira aos olhos cobiçosos de europeus como ponto principal ou referência à primitiva geografia regional. E quanto mais se interiorizava a conquista, a denominação geral ia-se impondo, abrangendo as novas áreas da colonização.

O vocábulo *Parahyba*, indicando porção de terras ou região, aparece pela primeira vez na cartografia antiga do Brasil num mapa "organizado em Lisboa em 1502 sob resultado da expedição de reconhecimento da costa do País em 1501". Mandara-a D. Manuel, o Rei Venturoso, sob comando de André Gonçalves e tendo a bordo, como observador, o descobridor das Américas, Cristóvão Colombo.

O rio Paraíba, antes conhecido por São Domingos, era freqüentado há muitos anos por nautas aventureiros. Ainda não se cogitara da conquista definitiva e visitavam-no, constantemente, traficantes normandos e bretões a serviço de Jean Angô, rival de testas coroadas da Europa Ocidental, em fortuna e poderio militar. Foi por causa das repetidas incursões de aventureiros e mercenários financiados pelo potentado de Dieppe que os procuradores de El-Rei na Bahia deliberaram apressar a ocupação do território ao norte do rio Goiana, onde avultava a Paraíba com o perigo de transformar-se numa possessão francesa.

Num dos copiosos carregamentos de pau-brasil, matéria-prima de tinturaria disputadíssima, e diversas madeiras de lei destinada às construções navais do célebre armador, fizeram embarcar um grupo de índios tabajaras. Estes habitantes da Paraíba pré-lusitana deleitaram monarcas amigos de Angô, aliados em suas empresas ultramarinas. Exibia-os em festins colossais, na plenitude dos atrativos selvagens, à curiosidade insopitável de europeus refinados e gente de todas as classes, atraídos aos centros dos espetáculos originalíssimos. Reviviam esplendores e extravagâncias de circos romanos.

Os tabajaras cantaram e dançaram seus ritmos bárbaros em mais de uma cidade da Normandia, afora Dieppe. Jean Angô chegou a cometer o exagero de mandar erguer, nas praças em que promovia os festivais inéditos, réplicas de tabas brasílicas a fim de que melhor pudessem as presas de suas arrojadas navegações mostrarem-se em meio mais consentâneo, ao realce dos costumes exóticos e dos trajes sumários de penas coloridas.

Tivemos, assim, os primeiros embaixadores brasileiros, quiçá sulamericanos, em cortes do Velho Mundo...

* * *

A Terra dos Tabajaras, como vimos, mantinha em 1822 os foros de cidade. Todavia, mudara de nome três vezes. Isto é, antes de adotar o topônimo de origem tupi consagrado pelo poeta Juan Peraza. Marujo compatriota e apologista do general espanhol Diogo Flores Valdez, foi o primeiro bardo a decantar o litoral paraibano, já palco de renhidas lutas do Brasil colonial. Fê-lo nas rimas de seu poema épico *Relacion Cierta y Verdadera que trata de la Vitoria y toma de la Parayva*, publicado em 1584, na cidade de Sevilha, Espanha.

A 5 de agosto de 1585, marco da pacificação celebrada entre os expedicionários do Capitão João Tavares e a tribo do Cacique Piragibe, chamaram-na *Nossa Senhora das Neves*, por ser o santo do dia, conforme costume ressaltando a religiosidade do povo luso.

Martim Leitão, três meses depois, a 4 de novembro, inicia de fato as construções em taipa, pedra e argamassa.

Ordena o levantamento da igreja matriz, de casas, de um forte e cadeia, e a nova *urbs* recebe o segundo nome — *Cidade Felipéia*. Era o resultado da disposição lisonjeadora de Frutuoso Barbosa, insinuando-se às boas graças do alcaide Francisco Castejon, com quem se indisporia mais tarde. Castejon permanecera à frente de uma guarnição de soldados castelhanos para garantir a consolidação do novo núcleo, sob os auspícios de Felipe II, cuja coroa unia temporariamente os países ibéricos.

Vieram os holandeses e, depois de frustrada resistência dos defensores citadinos, foi ocupada pelo exército do Coronel Segismund Von Schkoppe, na véspera do Natal de 1634. Apelidaram-na, os batavos, de *Frederica* (Frederikstadt), em honra de Frederico de Nassau, governador militar (Stadtholder) dos Países Baixos, e não a outra personalidade como fizeram crer alguns cronistas apressados.

No alvissareiro ano de 1646, o sentimento nativista sempre crescendo no espírito do nordestino e a revolta contra o elemento estranho tendo a instigá-la a figura legendária de André Vidal de Negreiros, a Paraíba quebra as amarras holandesas. Desalojado o invasor insólito, que estiolara a incipiente economia paraibana, baseada numa rudimentar agroindústria canavieira, livramo-nos de seu jugo oito anos antes de dar-se a derrota completa dos recalcitrantes neerlandeses, nos Guararapes. O jovem comandante paraibano organizara e decidira a sorte das armas brasileiras nas investidas finais.

Os triunfantes crismaram a Capital com o mesmo nome da Capitania — *Parahyba* — pois "aguçara-se o nosso nativismo". A terceira denominação, alcançando a quadra memorável da Independência, duraria 284 anos até quando, em meio à exaltação cívica de 1930, aos 4 de setembro, tomou o nome do Mártir da Revolução Liberal. A mudança determinada pelo fervor revolucionário bem pode demonstrar o quanto a Capital interpreta fielmente os sentimentos mais expressivos de uma comunidade, de todo o Estado. Gêmeos pelo nascimento, uma só data oficializada para comemorar a fundação de ambos, *João Pessoa* jamais deixou de ser o cérebro e o coração da Paraíba.

"A mui leal e amada Cidade" em que vivemos mudou de nome várias vezes, é certo, mudou de fisionomia, também é certo, mas nunca mudou de caráter nem de Padroeira. Nossa Senhora das Neves continua a proteger-lhe o destino de cidadela afeita à luta e ao trabalho e de recanto agasalhador.

"DIÁLOGOS...

Brandônio: — "... mete-se entre ela e a de Tamaracá o Cabo Branco, bem conhecido dos navegantes. A Paraíba, por ser fertilíssima e lavrar muitos açúcares nos engenhos em que se fazem, que no seu distrito estão situados não poucos em número, usurpa o terceiro lugar em grandeza e riqueza das demais Capitanias .... porque dá de rendimento à fazenda de Sua Majestade, nos dízimos que se pagam da colheita de suas novidades de açúcar, gado, mandioca e mais legumes, em cada ano, passante de doze mil cruzados; e estes afora o que lhe montam nas alfândegas do Reino os açúcares que nela entram, lavrados nesta Capitania, que são em muita quantidade. E tenho por sem dúvida que se não estivera tão conjunta com a Capitania de Pernambuco, que já se houvera aumentado no seu crescimento, com se haver começado a povoar por poucos e pobres moradores, posto que mui valorosos soldados, do ano de 1586 a esta parte. Porque, no mesmo ano, me alembra haver visto o sítio onde está situada a cidade, agora cheia de casas de pedra e cal e tantos templos, coberto de matos".

Alviano: — "E que dano é o que faz a Capitania de Pernambuco a estoutra com a sua vizinhança?..."

Brandônio: — "Antes isso é causa de não haver ido ela em mais crescimento: porque como tem Pernambuco tão chegado, os seus moradores se costumam prover dela das cousas de que têm necessidade, fazendo levar, para esse efeito, muitos açúcares que comutam pelo que compram, com o que engrandecem cada vez mais a Capitania de Pernambuco e diminuem na sua. E a razão é porque deixam de vir as naus a ela, que viriam se os seus moradores esperassem por elas para se haverem de prover do que lhes fosse necessário, e para esse efeito reservassem os seus açúcares, tendo-os prestes para com eles se carregarem as ditas naus..."

Alviano: — "Esse inconveniente poderá Sua Majestade remediar com facilidade..."

Brandônio: — "Assim o tem mandado, mas o descuido dos Capitães (Governadores), pouco cuidado e menos curiosidade dos do governo da terra em o fazerem cumprir, ajuntando-se a isso a muita facilidade com que os Governadores-gerais dispensam o contrário, desbarata tudo, de maneira que só deixa de levar açúcares a Pernambuco aquele que o não tem".

Alviano: — "Não devera de ser assim..."

... DAS GRANDEZAS DO BRASIL"
1 6 1 8

PANORAMA ECONÔMICO AO REDOR DA INDEPENDÊNCIA

A situação econômica da Capital e de toda a Capitania da Paraíba, nos anos antecedentes e mais próximos da libertação nacional, se não era péssima nada tinha de boa. Fatores diversos concorreram ou concorriam para este estado de cousas semi-calamitoso, com sérias implicações, obviamente, na organização social e de caráter político.

A Paraíba tivera várias e sucessivas safras perdidas, devido a estiagens inclementes e também contínuas. Sobretudo nos anos de 1791/92/93. Irineu Pinto, escrevendo sempre à luz de documentos, registra o fenômeno climático em seus efeitos mais funestos: "O abade de São Bento, Frei Bento da Conceição Araújo, nada pôde fazer para que não morresse uma parte da escravatura dos engenhos de sua instituição. O restante, durante oito ou dez meses, sustentou-se de ervas agrestes por não poder mantê-los o convento". José Américo de Almeida, noutro depoimento insuspeito, sintetiza o quadro trágico: "Morreram de fome até os bichos do mato". E sobre a mortandade dos rebanhos, perecendo por carência de pastagens, a nota de outro historiador conceituado pela austeridade de suas revelações, José Leal: "A seca, aparecida em 1790, continuava flagendo a região, registrando-se também o aparecimento de tal praga de morcegos que para defender os animais de sua voracidade foi preciso manter fogueiras acesas durante a noite".

A fome, a crestação de campos de lavoura, o desfalque vultoso nas fazendas de criação, ampliando a penúria geral e o desespero da pobreza, perdurava em 1802. Durante a escassez de víveres, seus preços e os de outros produtos indispensáveis atingiam a cifras astronômicas. Eram "acontecimentos

que não podem lembrar seu horror, quando se conta que os ricos pelos seus dispendiosos gastos se viram reduzidos a vexames e pobreza, os pobres em horrorosa mortandade não só por esses campos mas já pelas mesmas ruas desta cidade".

A aflição coletiva é exposta em termos patéticos na carta endereçada pelo Governador Luiz da Mota Feio às autoridades portuguesas reclamando-lhes providências urgentes e eficazes a fim de atenuar os aspectos mais alarmantes da terrível conjuntura sócio-econômica.

Publicamos, em primeira mão e em recente estudo acerca da Revolução de 1817, algumas passagens desta correspondência oficial. Lendo-se-lhes, distinguimos as apreensões e o empenho do governante tabajara na solicitação de remédios para tantos males acumulados de uma só vez. Entre as sugestões feitas através do Visconde de Anadia, figurava a criação de uma entidade protetora da agricultura e de assistência social à população pobre.

A resposta, insensata e insensível, viria dois anos mais tarde — a Coroa exigiu o donativo de vinte e oito contos de réis para cobrir despesas urgentes da Metrópole!... A exigência ultrapassava as raias do incabível, sabendo o governo lisboeta do desmantelo econômico, das indisponibilidades financeiras que enfrentava o seu representante na Paraíba, devendo só de fardamento às 173 praças da guarnição local cerca de doze contos, ao tempo grande quantia. Achando pouco, quando as conseqüências da seca reaparecida no ano anterior engrossavam os cortejos da miséria, concedeu autorização, em 1804, a um empresário do pano verde, para explorar na *Cidade de Parahyba* duas casas de jogos de azar.

O absurdo sobressai se levarmos em conta que a renda da Capitania, embora superando a despesa efetuada em 1806, não suplantou os 27 contos 931 mil 864 réis anotados pelo Tesouro, e que o montante do imposto de décima urbana, incidindo sobre 1.150 imóveis existentes na Capital em 1811, não completava os 610 mil réis.

Então, com a chegada da família real ao Brasil, os gravames que pesavam sobre a economia paraibana avolumaram-se ainda mais. Fosse não fosse, por qualquer motivo, mandavam os reinóis cobrar taxas extorsivas a título de contribuições. Cobranças irredutíveis, nos valores e prazos, comumente camufladas pela expressão "donativos"... Em outras palavras: eram ajudas compulsórias de súditos cada vez mais empobrecidos aos gastos desenfreados da Corte, agora afogando as saudades de Lisboa nas festanças do Rio de Janeiro, "com seus Príncipes, ministros, embaixadores, funcionários, vedores,

lacaios, onde sequer faltavam os castrados da ópera e real capela, mestres do *bel canto* incumbidos de encantar melômanos e abrilhantar solenidades"...

Acrescentemos a odiosa obrigação atribuída a fabricantes de açúcares na Paraíba, por força de acordos internacionais firmados por Portugal, visando à consolidação da paz com as Províncias Unidas e sujeitando-se em decorrência a substanciosas indenizações a holandeses expulsos do Brasil.

A propósito, escreve o eminente historiador paulista J. F. de Almeida Prado, em obra incentivada pelo espírito curioso de Assis Chateaubriand: "Sobre os produtores da Bahia, e, principalmente, Pernambuco e Paraíba, recaiu o encargo de pagar mais da metade da enorme contribuição representada por tais compromissos, os quais, segundo Varnhagen, por espantoso pareça, subsistiram sob vários rótulos no Brasil até 1830!"

Somemos a tudo isso o arrocho fiscal, asfixiando produtores e comerciantes nativos, a preferência a reinós na provisão de cargos públicos e indicação aos eletivos, a insaciabilidade dos dominadores no usufruto de todas as vantagens possíveis, exclusivismo revoltante e cousas que tais, e tiremos a ilação se tinham ou não os idealistas de 1817 também razões bem fortes de ordem econômica para dar à insurreição, desencadeada a fogo e sangue, um sentido duplamente redentor — o de movimento político, nacionalista, dissociando brasileiros e portugueses, e o de revolução social, republicana. Pois, com a separação política, não proclamavam eles a erradicação de um *status quo* responsável por distinções e privilégios abusivos e do próprio regime monárquico?

Sociólogos, historiadores, estudiosos da economia política e outros mantêm, a respeito, opiniões contraditórias. Conhecemos um, o ilustre Governador do Rio Grande do Norte, o Prof. Cortez Pereira, que entende ter sido a Revolução de 1817 o primeiro movimento social genuinamente brasileiro.

O mestre paulista, mencionado, discorda, de certo modo: "Despontavam, entretanto, no findar do século 18, indícios de novas idéias, anseios de inovações políticas mais do que propriamente sociais, pelo fato, talvez, de grandes e pequenos da colônia não gozarem direito de governo além de edilícios. Começava a se preparar o ambiente em que um Arruda Câmara, ao chegar armado das luzes da ciência do Velho Mundo, imbuído da tendência libertária então em moda em os principais centros, encontraria ouvidos de muitos desajustados. A repentina aparição da corte portuguesa, prodigioso acontecimento, único em o Novo Mundo, ia precipitar a evolução..."

Ora, não é preciso cotejar os argumentos explanados, nem recorrer a outras fontes para constatar ser procedente e lúcida a interpretação do estudioso potiguar. O historiador bandeirante contraria seu próprio ponto de vista, na clareza e veracidade de um detalhe: *"encontraria ouvidos de muitos desajustados"*, a pregação libertária do paraibano Arruda Câmara.

Certamente, estes não eram desajustados morais. Eram, isto sim, desajustados sociais, economicamente falando. Desajustados sociais porque não tinham oportunidades no meio ambiente, capazes de garantir-lhes a sobrevivência em condições normais. E por falta de ofertas num mercado de trabalho que, de tão inexpressivo, praticamente inexistia. Dificuldades comuns a uma economia essencialmente agrícola, sujeita aos fenômenos climáticos da região, além de escravocrata.

A economia paraibana achava-se estiolada nessa fase de sua história. Sem indústria e com um comércio que não pudera florescer, as periódicas secas se tinham prolongado anos seguidos, desorganizando as atividades agropecuárias e acentuando a pobreza e a miséria.

Porém, o mal provinha de épocas mais recuadas. A cobrança de dízimos, arrematada por terceiros em processo especulativo, nos "passos de açúcares" do Tibiri e mais tarde no porto do Varadouro, e a taxação escorchante em cima de outros produtos nativos e diferentes operações mercantis, motivava o desvio de carregamentos para Pernambuco, mormente nas zonas limítrofes, beneficiando açambarcamentos e velha e incorrigível espoliação por parte da praça do Recife, em detrimento dos interesses e do desenvolvimento da capital paraibana. Um barco qualquer contornava o forte do Cabedelo em demanda do ancoradouro do Sanhauá, e tributavam-no. Quem pagava, no fim de contas, era o exportador da *Cidade de Parahyba*, já onerado em excesso.

Há relatos de visitantes ilustres consignando as más condições econômicas da Paraíba nas primeiras décadas do século passado. A produção de açúcares decaíra em escala assustadora. E sua economia procurava estribar-se na exportação de algodão para a Inglaterra, a partir do instante em que proprietários rurais foram despertados pela cultura algodoeira como fórmula salvadora. Vem daí o aparecimento de muitos ingleses na Capital, notadamente depois da Independência, quando passaram a dominar o comércio exportador, ativando-o como intermediários ou prepostos de importadores e companhias de navegação britânicas. Diga-se de passagem que esta hegemonia pacífica dos ingleses estendeu-se por mais de cem anos. Fortaleceram-na e ampliaram-na de tal sorte que,

ainda em começos do século corrente, suas atividades abrangiam, com regalias monopolistas, o mercado local de seguros e dos chamados títulos "warrants", o que levou Rodrigues de Carvalho a se insurgir na Assembléia Legislativa do Estado propondo medidas acauteladoras dos interesses nacionais.

Southey, um daqueles visitantes, dedicaria algumas páginas à *Cidade de Parahyba*, na famosa História do Brasil que escreveu.

Apreciando os vários aspectos que a envolviam, quando de suas observações, não lhe escapou sequer à perspicácia a incidência de fatos delituosos aqui verificados. Refere "o mau costume de homens se embuçarem em grossos capotes para percorrer as ruas cometendo excessos de crueldade". As ocorrências criminosas aludidas pelo historiador britânico coincidem com aquela quadra de fome e aflição, nunca dantes experimentada pela população paraibana, cujo drama foi descrito com maior intensidade e exuberância de pormenores por Luiz da Mota Feio: "... pelas ruas desta Cidade famílias inteiras, mudada a sua antiga habitação, procurando recursos em alheios domicílios, a lastimosa corrupção de costumes, vendo-se pessoas de honesto recolhimento, estragada a sua honestidade, entregues a toda devassidão com a enganada esperança de remir a vida..."

O alcance deste fenômeno sociológico, reteve-o também o historiador conterrâneo J. Ferreira de Novais, reportando a formação do bairro de Cruz das Almas (nome certo e primitivo de Cruz das Armas) ao redor de um cruzeiro existente à margem do caminho de tropas em demanda de Goiana. No rústico marco da fé católica agrupavam-se à noite malfeitores para saltear almocreves e condutores de comboios. Perseguidos, foram-se refugiando em sítios ermos, de preferência nas vizinhanças do rio Jaguaribe, onde tinham água fácil e possibilidade de manter alguns roçados de mandioca e cereais. O quilombo do Paratibe, fincado na costa de Gramame e reunindo indivíduos de raça negra, quase de uma só família vivendo numa promiscuidade impressionante, é remanescente daqueles fugitivos associados.

A Paraíba, mercê da Carta Régia de 17 de janeiro de 1799 e da decisiva intercessão do Governador Fernando Delgado Freire de Castilho, readquirira sua autonomia política, subordinada que estava à jurisdição administrativa de Pernambuco desde 1756. Apesar dos estímulos e do tirocínio de Fernando Delgado, que se deixara fascinar pela Terra dos Tabajaras, pondo em prática iniciativas de inegável importância sócio-econômica, à semelhança do fomento à agricultura e am-

realeza, vendedores de frutas e legumes, batatas e inhames, aves e suínos. Calaram os pregões matutos dos almocreves do Tibiri e Pacatuba, de Jacoca e Mata Redonda, de Gramamé e dos índios rurícolas de Alhandra. Mesmo as doces mangas de Cabedelo, que já tinham no Forte Velho e na Guia seus pomares mais generosos, sumiram-se das mesas exigentes da Capital.

Quando não era a seca dizimando-lhes os rebanhos e esvaziando-lhes os celeiros, era o espantalho da guerra cabocla espavorindo-os...

Salvava a população citadina de maiores vexames e aperturas, nas fases de impiedade climática, sua localização contígua aos centros produtores do vale do Paraíba, de terras ubérrimas contrastando com as paisagens mais adentradas do Interior, esturricadas naquelas circunstâncias. No entanto, sobrevinham-lhe, agora, os efeitos contundentes das restrições contra-revolucionárias. A falta de gêneros, e o que conseguia penetrar em seus muros pelo preço da hora da morte.

A possibilidade de ser concretizado o estratagema enfim utilizado pelos reinóis não passou despercebido ao discernimento do Conselho Administrativo criado pelo Governo Republicano, em 1817, simultaneamente com o Conselho Militar, de finalidades específicas bem traduzidas por seus nomes.

O Conselho Administrativo, que tinha como mentor intelectual a personalidade singular do Padre Antônio Pereira, o grande legislador da Revolução, cuidou, de logo, de promulgar atos diversos e de indiscutível alcance sócio-econômico. Consubstanciavam medidas de proteção e incentivo às atividades campesinas e dos criatórios; à emperrada agroindústria açucareira, perseguindo maior rentabilidade; de imediato e a longo prazo visando à expansão e ao revigoramento da economia estadual. Os decretos fixando por meta prioritária a reabilitação da agricultura e da pecuária e as providências paralelas buscando normalizar o abastecimento à população da *Cidade de Parahyba* tiveram sorte idêntica, a mesma duração do sonho de liberdade — dois meses e estavam frustrados. A exigüidade de tempo e a privação de recursos impossibilitaram os idealistas de 17 de executar os programas governamentais elaborados em meio à azáfama revolucionária.

No final destes acontecimentos, a economia paraibana mergulhara em novo caos. O seqüestro de escravos, de bens imóveis, semoventes, metais e jóias, as safras e os estoques dos engenhos, tudo arrematado em hasta pública a preços irrisórios, levou à pobreza extrema famílias abastadas e à desgraça outras de posses inferiores. A paralisação de serviços nos engenhos em derredor da Capital, a fuga de citadinos em busca de lugares seguros, escapando, a um tempo, à ação saneadora dos revolucionários, noutro às vindictas e perseguições dos contra-revolucionários, o fechamento de lojas e bodegas e boticas, dimensionam a desordem e a indigência, o pandemônio em que se transformou a sede do governo.

A repressão e o saque das forças reacionárias desgraçaram, sobremodo, boa parte do elemento mais representativo da sociedade, sobre cujos empreendimentos repousava outro tanto dos débeis proventos da Capitania. Se famílias acostumadas a viver em relativa folgança viam-se de repente a braços com sérios problemas financeiros, que dizer de seus dependentes, pessoas que giravam em torno da casa-grande, sobrevivendo à custa de prestação de serviços variados, sem esquecer os escravos, não remunerados mas dispondo de um mínimo de compensação, a senzala, a roupa de algodãozinho e a bóia diária?

A anomalia não poupou sequer a indústria caseira de doces e rendas, ainda hoje subsistente como adjutório a finanças domésticas e meio de vida de biscateiros. Não escapou à regra geral, àquela época, retraindo-se ou minimizando seu raio de ação, à falta momentânea de patroas e mealheiros capazes de assegurar os financiamentos ou gastos habituais.

No caso dos negócios ligados à agricultura e à pecuária, como esclarecemos atrás, as decorrências negativas se arrastavam às vezes por vários anos. Por isto, não era incomum, mesmo em ocasiões excepcionais, ver-se obrigado o governo a adiar cerimônias públicas consideradas indispensáveis. O Tesouro alegava incapacidade para arcar com as despesas. Mesmo depois da Independência, quando diminuíra a evasão de rendas para o Rio de Janeiro, verificou-se a repetição do fato. Transferiram *sine die* a celebração das solenes exéquias de D. Leopoldina, primeira Imperatriz do Brasil e a quem o povo brasileiro dedicava carinho especial, pois o governo paraibano não contava disponibilidades para cobrir o gasto extraordinário. Somente a 5 de abril de 1827 puderam ser realizadas!

Sorte diferente teve o rechonchudo e benemérito D. João VI, na Paraíba festejado às largas, até mesmo e paradoxalmente quando deixou o Brasil de volta a Portugal...

Acontecimento pitoresco, mostrando a facilidade com que se abriram sempre as portas do Erário a fim de atender a determinadas injunções, sobretudo de ordem político-partidária ou em momentos festivos incensando figurões da vida pública, é aludido por Irineu Pinto em suas valiosas *Datas e Notas* e reproduzido com alterações no *Itinerário Histórico da Paraíba* por José Leal que, apesar de seus oitenta e um ju-

lhos bem vividos, continua firme no batente da imprensa diária, publicando livros de fôlego e comparecendo pontualmente às sessões do nosso Instituto Histórico. Vejamo-lo:

"O regresso de D. João VI (1821) para Lisboa foi festejado aqui, por autoridades, que gastaram sessenta e dois mil e quatrocentos réis de cera (*muita cera para a época, sem dúvida!...*), dezenove mil e duzentos réis do sermão pago ao Padre Antônio da Trindade Antunes Meira e dezesseis mil réis pagos ao mestre do coro ou mestre de música Manuel do Nascimento Quaresma".

A divergência entre Irineu Pinto e José Leal não se prende aos números da despesa efetuada e sim ao motivo da solenidade. O patrono do I.H.G.Pb. diz que fora em ação de graças pela feliz chegada do monarca a Portugal. O consócio presidente da Associação Paraibana de Imprensa escreve que foi por causa do retorno de D. João à Lisboa. Há lógica na segunda versão. Pois tínhamos fora daqui o filho de D. Maria I e com a regência de D. Pedro condições favoráveis à precipitação da luta aberta pela Independência, como sucedeu, aliás.

Igual festividade fora assistida na Capital, em 1808, ao chegar ao Brasil a família real. Cortejos de gala, *Te-Deum*, missa concelebrada, reverências no salão nobre do palácio do Capitão-Mor diante da efígie da Rainha, qüiproquó que o tempo não conseguiu vencer...

AVE! MATER!

Oh! Paraíba, oh! meu vergel florido,
Volto de novo ao teu gentil regaço:
Quisera, muçulmano, entrar descalço
As lezírias do solo apetecido.

Ao longe o Forte Velho derruído
Cingem as ondas num ridente abraço,
E escuto já como um hino enchendo o espaço
Dos coqueiros da praia o suave ruído.

Agitai vossas palmas olorosas,
Oh! festivas e vírides palmeiras,
Águas do Sanhauá passai cantando.

Aqui me tendes vós, matas umbrosas,
Ah! zéfiros do mar, brisas fagueiras,
Não conteis a ninguém que estou chorando.

CARLOS D. FERNANDES
1918

ASPECTOS SOCIAIS, URBANÍSTICOS E CULTURAIS DA CAPITAL PARAIBANA À ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Dentro daquele panorama econômico, era natural que o crescimento urbanístico, a promoção cultural da *Cidade de Parahyba* e sua evolução social fossem lentos, muito lentos.

O desenvolvimento experimentado graças aos estímulos de Duarte Gomes da Silveira, sofrera, de há muito, solução de continuidade. Ante tantos percalços enumerados, a Cidade parara no tempo e no espaço.

Recebia sopros de vida, algumas vezes, e logo se via às voltas com uma dispnéia que parecia crônica e que prostrava o organismo social numa letargia invencível. Muitos estranham as estatísticas demográficas constantes de documentos relativos ao pretérito paraibano, por quebra na progressão aritmética. Na ordem cronológica desses dados há disparidades ensejando controvérsias. Em um ano apenas, por exemplo, a população da Capitania decrescera em 17 mil almas, enquanto no lustro compreendido entre 1817 e 1822 a Capital passara de três mil para quase cinco mil habitantes. É ocorrência realmente surpreendente, lembrados os sucessos que tiveram por palco a sede do governo, tanto de caráter econômico quanto de ordem política e social. As dificuldades financeiras perduravam e não obstante a ferocidade da repressão aos participantes da Revolução de 1817, "lançando o luto, a dor e a desolação em centenas de lares, o sentimento de rebeldia não morrera. Mantinha-se latente, manifestando-se sintomas de que podia rebentar novamente de um momento para outro, pois o ambiente estava carregado de eletricidade e poderia se inflamar facilmente". Sobremodo depois da anistia geral decretada em 1821, acentuara-se a persistente aversão entre

nativos e "marinheiros pé-de-chumbo", "calcanhar-de-frigideira", como pejorativamente chamavam aos portugueses.

A despeito do fermento revolucionário, vez por outra agitando a sociedade tabajara e provocando-lhe sobressaltos, o normal era entregar-se a população à modorra do cotidiano, à rotina de suas atividades raquíticas, ao enervante recolhimento de uma existência mais sedentária e privada que comunitária.

Não havia distrações públicas, salvo durante a Festa da Padroeira, o aferrado sentimento religioso fazendo poucas concessões ao lado profano, e quando se realizavam prédicas missionárias, à luz de lampiões ou candeias de azeite. As moças tinham nessas noitadas de fé católica raras oportunidades de pôr o pé fora de casa depois do *Ângelus*. Faziam até promessas para que se prolongassem as missões. Terminavam e estavam tristes. Não sabiam se voltariam a encontrar os namorados, que os viam só de longe ou em esporádicas reuniões familiares, sob a severa vigilância dos pais ou das damas de companhia... Um arremedo do entrudo português, que se não pode relacionar de forma alguma com o primeiro Carnaval paraibano, somente promovido em fins do século. As festas da Páscoa, de São João, Natal e Ano Novo, nas igrejas ou estritamente domésticas, e nada mais...

Clubes sociais e casas de espetáculos não existiam. Apenas organizara-se um "club" maçônico, no molde inglês. Ingresso proibido a mulheres, só acolhia em seu quadro cavalheiros selecionados, os mais dispostos à luta, porquanto sua finalidade não era recreativa e sim a de promover a fraternidade universal e as idéias democráticas. Fecharam-no as autoridades portuguesas, sufocada a Revolução de 1817, prendendo e perseguindo os "malvados pedreiros livres", entre eles os cabeças do movimento. O primeiro clube social paraibano, o Astréa, surgiria muitos anos depois, em 1886, e o primeiro teatro público nove anos após a Independência. Foi autorizado a funcionar através de expediente firmado por Borges da Fonseca, a 1.º de outubro de 1831, com expressa recomendação ao administrador ou empresário teatral, Francisco de Freitas Camboa, no sentido de preservar a moralidade no decorrer das encenações. Eis o documento, na íntegra:

"Para o administrador do Teatro desta Cidade. Ilmo. Exmo. Sr. De ordem de S. Excia. o Sr. Vice-Presidente comunico-lhe que a autoridade policial a quem se deve dirigir para fazer guardar a ordem no Teatro é o Sr. Juiz de Paz desta Freguesia, devendo V. Sa. por todo o cuidado em que em cena não se apresente desmandos imorais e equívocos indecentes, pois que o Teatro deve ser escola de moral e bons costumes e não o poço da imoralidade e corrupção. Deus guarde a V. Sa. Secretaria do Governo da Paraíba. Ass. Antônio Borges da Fonseca".

Naquele tempo já havia molecagem na cidade em casa de espetáculo. É o que se depreende da recomendação ao responsável pelas funções — dirigir-se ao Juiz de Paz pedindo-lhe resguardá-las de desrespeitos — e de outro ofício, datado de 20 de novembro do mesmo ano, referindo à providência necessária: "O Governo deu as convenientes ordens a fim de que se não perturbe mais o Teatro, o que lhe comunico de ordem do Sr. Vice-Presidente". (Destinatário e remetente iguais)

No teatrinho, à Rua da Areia, assistiu-se de preferência à representação do drama *Inês de Castro*, infalível no repertório da época em razão do gosto popular, que a exigiu de volta ao cartaz vezes seguidas durante a temporada artística.

Walfredo Rodriguez, o historiador do teatro na Paraíba, confirma a existência desta entidade original, chamada "Coliseu Paraibano". Funcionava graças à "pura iniciativa particular, numa casa daquela rua. Na atualidade é o mesmo prédio onde se encontra instalada a Pensão Santa Terezinha". As representações teatrais, de inspiração familiar e duração efêmera, dependiam de grupos amadoristas. Admitiam-se-lhes, na composição, amigos íntimos de casas mais requintadas. Um elenco assim preparado tomaria parte nos festejos da Independência, exibindo-se em récita de gala no Palácio do Governo.

As novidades sociais, urbanísticas ou culturais que iam surgindo na Capital, esporádicas e retardatárias em relação a centros mais adiantados, advinham já então de iniciativas isoladas. De pessoas sensíveis a novo estilo de vida, às idéias arejadas, ao progresso. Trabalhavam para embelezar a cidade. Em passado bem próximo, doze anos antes da Independência, "o pouco que se fazia era à custa do Governo, ou melhor, era o Governador que desejava deixar-lhe uma lembrança de sua administração".

A observação é de um forasteiro descrevendo a *Cidade de Parahyba* em seu roteiro de viagem. Acrescenta, nas impressões publicadas: "é fácil de imaginar que já teve maior importância do que hoje. A rua principal (sem dúvida trata da Rua Nova) é larga e calçada de grossas pedras, precisava porém de consertos. As casas, em geral só têm o andar térreo, que serve de estabelecimento; algumas têm janelas envidraçadas, porém mesmo no Recife só há pouco começaram a usá-las assim. O convento dos Jesuítas serve de Palácio do

Governo, nele funcionam igualmente as repartições e a residência do Governador. A igreja do convento fica no centro. Os conventos franciscano, carmelita e beneditino são imensos mas estão quase desabitados; o primeiro conta com quatro ou cinco frades, o segundo dois e o terceiro apenas um. Além disto existe na cidade outras igrejas. Os chafarizes públicos da Paraíba são as únicas obras desse gênero que vi nos lugares aonde fui ao longo da costa..."

A leitura da nota leva-nos a entender que os irmãos de Santo Inácio de Loyola se tinham retirado da cidade, onde deixaram as marcas de sua índole progressista, de grandes educadores que eles sabiam ser.

Deve-lhes a cidade o Palácio da Redenção, à época dos Jesuítas convento da Ordem; o templo em estilo barroco, mais tarde crismado de Igreja da Conceição dos Militares e que o Presidente João Pessoa, querendo ampliar a sede governamental mas incidindo numa iconoclastia ainda hoje profligada, sobretudo porque se tratava de uma jóia da arquitetura colonial, fez derribar; e o Colégio, por eles construído e mantido, cujas paredes abrigariam sucessivamente o *Lyceu Parahybano*, a Secretaria do Interior e Segurança Pública (ainda não desmembrada) e, finalmente, a Faculdade de Direito da UFPb.

Foram expulsos duas vezes da Paraíba. A segunda em 1660, em conseqüência de intrigas locais, aproveitando-se os seus opositores das restrições aos Jesuítas na Bahia e Pernambuco. Rivalidade acirrada envolvia-os aqui com os sacerdotes de São Francisco, São Bento e Monte Carmelo. Mandaram-nos presos ao Recife.

O Padre Malagrida andou reanimando a obra dos de sua Ordem, fundando no colégio um pequeno seminário, em 1745. Não persistiu o ânimo renovador. Em 1771 fazia-se do convento a residência oficial do Governador e dois anos depois as duas peças do edifício passavam ao domínio da fazenda pública.

Há opiniões defendendo a tese de que a desavença religiosa, forçando a saída dos Jesuítas, concorrera para estacionar o desenvolvimento cultural da capital paraibana. Menos contemplativos do que se supõe e entregues a obras sociais, sobremaneira voltados para os misteres educacionais, infensos a preconceitos e puritanismo e mantendo assídua convivência no meio do povo, deixaram uma lacuna impreenchível com a retirada a contragosto.

Quanto aos franciscanos, embora realizando uma boa experiência de escola elementar dirigida para o trabalho, formando pedreiros, funileiros, sapateiros, etc., andavam às voltas

com imenso desprestígio no seio da sociedade, após o crime horripilante da Bica dos Milagres.

O ciúme doentio de Frei José Lopes vitimara em fúria sanguinolenta a sua amásia Teresa. O assunto desagradável vinha sempre à baila nas conversas de calçada, grupos em roda acomodados em confortáveis espreguiçadeiras aproveitando a fase de plenilúnio. "As próprias matronas, que madrugavam em jejum nas igrejas, todo santo dia, para comungar e ouvir missa, calavam-se contrafeitas, à falta de argumentos. Persignavam-se, procuravam mudar de assunto. Umas arriscavam uma defesazinha pálida:

— Mas todos não procedem assim... A Ordem não é culpada de Frei Zé Lopes... Ave Maria! Deus de Misericórdia! Mudemos de assunto, minha gente.

Era só o que diziam. Mas os homens, cabeças esquentadas pelas idéias liberais da época, insistiam, escandalizando-as:

— Esses frades, todos eles, têm amantes e filhos. São todos uns corruptos!

E lá vinha a história do crime da Bica dos Milagres..."

Contavam-se, na cidade, além da Matriz de Nossa Senhora das Neves, cinco ermidas e três conventos. A pia instituição de Duarte Gomes da Silveira e de sua mulher D. Fulgência Tavares, o Morgado do Salvador do Mundo, mantenedora da igreja e do hospital da Santa Casa de Misericórdia, posteriormente chamado Hospital Santa Isabel, dava prosseguimento às suas benemerências em 1822. O conjunto arquitetônico, reunindo a capela do Salvador, a igreja, o hospital e o cemitério da Misericórdia, estendia-se do ponto onde hoje permanece o frontispício do templo, na Rua Direita (Duque de Caxias) até a área atualmente ocupada pelo Hospital da Municipalidade (Pronto Socorro). Neste local ficava a necrópole. Evidentemente, a Rua Visconde Pelotas, então conhecida por Rua da Cadeia, começava na esquina onde se acha a Casa Santa Clara, indo desembocar no Largo do Carmo, hoje Praça D. Adauto. Chamava-se Rua da Cadeia por causa do presídio da cidade, ali localizado há tempo.

No Largo da Cadeia (Praça Rio Branco) erguia-se o pelourinho, coluna de alvenaria onde se castigavam criminosos ou se expunham à execração pública ladrões e escravos fugitivos ou comprometidos em delitos passíveis de punição fora da alçada do senhorio. O prédio-prisão abrigou a cada reforma a Intendência Municipal, órgão executivo surgido com a divisão do Senado da Câmara entre ele e a Câmara de Vereadores, após a Independência; a Prefeitura da Capital, até instalar-se no Varadouro, cedendo o antigo palacete à Escola de Enge-

nharia e, por fim, o Departamento de Artes da Universidade, lá ministrando seus cursos de Música e Artes Plásticas.

A Santa Casa, quase bicentenária em 1822, tinha como Provedor a figura histórica do Tenente-Coronel Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros, comandante das Armas (Batalhão de Linha) e personagem da sedição militar intitulada nos anais paraibanos de *O Tumulto do Pastorinha*. Incitara-a, à frente de tenentes sublevados, o comandante da Companhia de Caçadores de Linha, José Antônio da Fonseca Galvão, antagonista daquele superior a quem tentara matar no primeiro ataque dos revoltosos, frente ao convento do Carmo, improvisado de quartel desde a Revolução de 1817. Em situação idêntica conservara-se até 1821 o convento de São Bento, ocupado por tropa da guarnição, não obstante os protestos reiterados do Prior Frei Gaudêncio de Jesus Maria Baião.

O Provedor Trajano Gonçalves de Medeiros substituíra no elevado cargo de beneficência a João José da Silva, em meados de agosto de 1822.

Neste mesmo ano, provavelmente a 16 de agosto, inaugura-se na *Cidade de Parahyba* seu primeiro sistema de iluminação pública. Eram apenas vinte lampiões de azeite de mamona a modificar-lhe o aspecto noturno do centro. Porém, um acontecimento excepcional, um melhoramento inestimável a suscitar comentários favoráveis em torno da ação administrativa da Junta Governamental, que tinha na presidência um varão ilustre da família dos fundadores de Taperoá, o Padre Galdino da Costa Villar. Parente, portanto, do Prefeito do Sesquicentenário, o circunspecto e atuante confrade Dorgival Terceiro Neto, de quem o lema *"Construir com Planejamento"*, identificado com a proposição preliminar do Governador Ernâni Satyro — *"Construir e Humanizar"*, vai atendendo aos reclamos mais urgentes da Capital, em obras de infra-estrutura e se convertendo em motivo de orgulho aos seus companheiros de geração.

O abastecimento d'água à cidade procedia-se através das fontes dos Milagres, do Tambiá, de Gravatá, e a de Santo Antônio no pátio interno do Convento de São Francisco, agora exposta a quem passa pela estrada de contorno do Zumbi e Baixo Rogers. Permanecem intactos seus finos lavores em pedra-sabão, inclusive a inscrição latina em louvor de Santo Antônio. Pretende a Edilidade salvá-la da mísera condição em que se encontra atualmente, transformando-a de lavandaria em atração turística, com a urbanização do local.

Outra em melhores condições subsistente à utilidade pública é a do Tambiá, com duas bicas, graças à proteção que lhe

dá a reserva florestal do Parque Arruda Câmara, reconstruída e assim preservada pela visão clarividente do Prefeito Walfredo Guedes Pereira, um dos beneméritos da cidade de João Pessoa. Ainda fornece água potável de excelente qualidade a consumidores pobres das adjacências e pessoas de paladar apurado ou refratário ao líquido tratado com cloro procedente dos mananciais de Marés e Buraquinho. A bica dos Milagres, extinta, situava-se no beco fronteiriço ao Colégio das Neves, próximo à confluência da Ladeira São Francisco. Embora de uso público, incrustava-se nos domínios dos franciscanos. A data de 1849, dada pelo douto Cônego Florentino Barbosa como de sua construção, resulta de equívoco em que dificilmente não incorrem cronistas e historiadores. Pode ser a de uma reconstrução, pois há documentos de cartório, de fé pública, datados de 1801, ano em que se apurou o crime de Frei José Lopes e condenou-se-lhe à prisão perpétua em clausura da Bahia, com alusão ao citado chafariz. Sobre o de Gravatá fora edificado um prédio do Estado. Ficara a "obra d'arte criminosamente soterrada".

As famílias sem escravos, pessoas que não podiam nem queriam ir às fontes prover-se d'água, porque moravam na cidade baixa, apanhavam em cacimbas do Sanhauá as porções destinadas à serventia de seus lares.

Outro assunto ainda bastante comentado nos círculos citadinos, com sabor de estória de assombração, dado o inusitado da revelação em meio tão acanhado, prendia-se à descoberta de ossos fósseis de animais gigantescos na região do Cariri. A ocorrência estranha dera-se há três anos, em 1819. Historiadores atribuem o achado, de grande valimento científico, posto vinha a corroborar a suposição de ser de remotíssima antigüidade a terra nordestina, ao sábio paraibano Manuel de Arruda Câmara. Não pode ter sido o célebre botânico, nascido em Pombal em 1752 e falecido e sepultado no Convento do Carmo, Recife, "em maio de 1811 e não em 1810, como em geral se afirma". A retificação é de Manuel Tavares Cavalcanti, segundo Vasconcelos Galvão. Seja como for, uma data ou outra, não importa, é evidente não lhe coube descobrir o montão paleozoológico. Melhor acreditarmos numa exploração realizada por seu irmão Francisco de Arruda Câmara Júnior, também cientista notável, ou pelo filho deste, Manuel, que por ser homônimo não deixava de ser "confundido com o tio naturalista"... Irineu Pinto, talvez por cautela, registrou o acontecimento que maior repercussão tivera no Recife, porém nomeando o autor da façanha simplesmente Dr. Arruda Câmara. E no documento comprobatório, por ele transcrito, apenas consta Dr. Arruda...

Era isso mesmo. Novidade, por falta de outra ou atraso

de notícias sobre o que se passava no mundo, tinha que durar muito nas rodas de conversação. Quanto mais uma proeza daquela, uma raridade pré-histórica!

Não havia meios de comunicação, praticamente. Os existentes eram primários, ineficientes, demorados. Telégrafo e telefonia seriam invenções do fim do século. E nem passava pela cabeça de nenhum cristão daquela época que seus descendentes tivessem um dia a sua intimidade, o sossego do lar perturbado pela inconfidência de trêfegos radialistas, Otinaldo Lourenço dando "furos" internacionais em cima da hora e Zé Octávio comentando-os em cima da bucha, Gemy Cândido transmitindo as "fofocas" mais irreverentes da paróquia ou o singularíssimo Enoque Pelágio antecipando-se ao repórter Juarez Félix na divulgação de escabrosas narrativas, capazes de fazer corar um frade de pedra e arrepiar os cabelos do confrade Antônio Freire... Têm-se dentro de casa, desbancando as almas penitentes que não deixavam dormir as sinhazinhas de outrora, a voz do além que é a gravação das serestas de Jota Monteiro ou o vídeo-tape ressuscitando Chico Alves...

Os pessoenses da quadra histórica da Independência, se queriam notícias do Velho Mundo, tinham de aguardar o correio direto Lisboa-Sanhauá, cartas e jornais trazidos por navios que gastavam de dois a três meses na travessia. Do Rio e Bahia era mais curta a espera, mas havia também necessidade de paciência. Melhor era montar num cavalo e esquipar ao Recife. Mas o cavaleiro tinha de ser bom de pernas para agüentar o rojão. Ir-se ao Sertão e voltar, nem é bom relembrar. Que o diga o Ministro José Américo, quando teve de ir assumir em Sousa a promotoria, ainda no começo deste século, antes do advento do automóvel — dois meses no lombo de um bicho corredor e ele também fogoso no verdor dos anos...

O que salvava a comunicação intramuros era uma malsinada instituição de utilidade pública — o "moleque de recado"... O "corta-jaca" teve por igual o reconhecimento de sua imprescindibilidade, promovendo a mais suave das relações — a troca de cartas de amor entre namorados e amantes.

Somente no ano anterior, 1821, foram estabelecidos, a 3 de janeiro, serviços de Correios entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte, ampliando-se o intercâmbio postal que já mantínhamos com Pernambuco. Empregou-se índios amestrados na condução de correspondências. Depois, mensageiros a cavalo ou postilhões.

Uma estatística desse ano dá-nos idéia do atraso a que estava relegada a instrução primária na Capital. Nada mais, nada menos, de duas escolas. Uma no Varadouro, a outra na

cidade alta. Ordenado de cem mil réis por ano aos pobres dos professores. Um tratamento oficial discriminado, incompatível com a dignidade da função de preceptores, embora de primeiras letras, se compararmos a anuidade que percebiam com os dezenove mil réis pagos ao Padre Meira (o primeiro deste nome) pelo sermão naquela missa gratulatória. Felizardo era o mestre de Gramática Latina, percebendo o ordenado anual de trezentos mil réis. Foi o curso público de Latim mais tarde conjugado a outras cadeiras propiciando, em 1836, a fundação do *Lyceu Parahybano*.

A capital já possuía uma banda de música. Pertencia à tropa militar e tocava desde 1809, abrilhantando os desfiles marciais, as solenidades no Senado da Câmara e Palácio do Governo, as procissões católicas. Só não havia retretas, em moda em fins do século, o maestro Zé Grande empolgando a assistência com sua batuta privilegiada, na execução de dobrados e hinos patrióticos que compunha de parceria com Abdon Milanez e de suas próprias valsas e polcas.

O Largo ou Pátio do Palácio ainda não cedera lugar à Praça Comendador Felizardo, com coreto ao centro, palmeiras imperiais e gradis de ferro a guarnecer o quadrilátero. Aí começaram as exibições sonoras atraindo multidão de aficionados, mais compactas e animadas quando regia a charanga do Batalhão da Força Pública o romântico Camilo Ribeiro, compositor de melodias inesquecíveis. A distração semanal dos citadinos foi-se arrefecendo, despojando-se da antiga sedução, à medida em que se reformavam os maestros Picado e Joaquim Pereira, do 22.º B.C. ou 15.º R.I. (o glorioso e simpático "Regimento Vidal de Negreiros"), e J. Eduardo Pereira, Adauto Camilo, Pedro Neves e João Lopes da Silva, da legendária corporação de Elísio Sobreira e Irineu Rangel. A decadência das retretas vem daquela fase do "soltaram a onça", ironicamente glosada por Genival Macedo em marcha carnavalesca — "soltaram a onça / foge todo mundo / advogado / empregado / e vagabundo"... 21 horas e os adeptos do "tira-teima" musical, confrontando as duas harmoniosas filarmônicas, debandavam pelas Trincheiras e ladeiras confluentes do antigo "Passeio Geral". O Desembargador Renato Lima ia descendo e dizendo aos amigos íntimos: — "Se eu fôsse moleque de rua p'ra onde a banda fôsse eu ia atrás!"

Compunham a charanga de 1809 (provavelmente com ligeiras alterações, remanescia em 1822) tocadores de bombo ou zabumba (Valentim Lopes), pífaro ou pífano ou gaita (Manoel de Vasconcelos Quaresma e Manoel Inácio de Farias), clarineta (Francisco Antônio dos Santos e Inácio do Souto), fagote

(José de Andrade Soares) e trompas (Caetano da Rocha e Manoel Francisco de Athayde). O conjunto musical, de oito figuras e regido por Manoel Quaresma, insinua-se como o primeiro a organizar-se na Paraíba. Desconhecemos haja referência anterior a grupo similar. Em 1817 existia uma banda marcial ou fanfarra associando instrumentos de percussão, foles e um tipo de trombeta de cobre, espécie de corneta de um só tubo.

Sem expressão demográfica, com sinais visíveis de burgo provinciano, a *Cidade de Parahyba*, no ano da Independência, ocupava estreita área territorial. Numa direção, de Tambiá, com seus sítios enormes e residências bucólicas, razão por que recebia a denominação geral de "Sítio do Tambiá", ao porto do Capim, no Sanhauá, com as alvarengas, os trapiches de algodão e peles, o "Passo" e depósitos de açúcares dispostos nas imediações da Alfândega Velha, onde a sucessora se acha abandonada na Rua Visconde de Inhaúma. No rumo oposto, do Largo de São Francisco, já ostentando o belo parque barroco hoje atração turística, até às históricas "Trincheiras", na altura da Igreja do Bonfim ou Bom Jesus dos Militares, atual Matriz de Lourdes.

Um casario, esparso e feio, começara a derramar-se nas vizinhanças do templo que servira de palco à exibição macabra da cabeça e mãos de Peregrino de Carvalho, consumada a punição reinol. Não se construíra o sobradinho demolido há uma vintena, onde se ergue o edifício da Delegacia do Ministério do Trabalho, ponto convergente da nobreza pessoense no Segundo Império, o Barão e a Baronesa do Abiahy anfitriões toda quinta-feira, a mesa farta, as bebidas finas complementando a distinção dos bailes.

Conta Otinaldo Lourenço — eu não sei aonde foi colher a graciosa estória — que, além do sarau de fim de semana, os convivas de Silvino Elvídio eram brindados com um chá diário, servido pela própria Baronesa, às vinte horas. Pois bem, um dos freqüentadores do Palacete das Trincheiras perdera a esposa e sua casa enchera-se de amigos e vizinhos. Mas, em pleno velório, pediu-lhes desculpas porque tinha de sair e, justificando-se em demasia, sapecou o disparate: — "Perdoem-me, não posso faltar ao chá da Baronesa!" O pitoresco evidencia o quanto eram os habitantes da cidade antiga apegados a convenções, excessivamente conservadores.

Perto da entrada das "Trincheiras", fronteiriço ao oitão do Palácio, um terreno de grandes proporções, devoluto. Prestou-se a acampamento de barraqueiros e "bagaceira" quando no Largo do Paço do Governo se realizaram algumas festas da Padroeira, em fases de reforma da Matriz e impedimento da

Rua Nova. Com o mesmo aspecto de antanho permanecia na segunda década desta centúria, adaptado a campo de treinos do Clube "Red Cross". Um dos pebolistas salientes era o querido Acrísio Borges, ponta-direita espantalho de goleiros. Assimilou as filigranas do esporte que laureou o Brasil com o ineditismo do tricampeonato mundial e ensinou-as aos filhos Ronald, Haroldo, Lineu e Humberto. Os meninos honraram a tradição paterna. Ronald com vantagem, cabeceador exímio e ídolo da "fiel torcida" do Botafogo.

No desconfortável logradouro, capim e lama de permeio, a lembrar um campinho de futebol distrital, construíram e urbanizaram a Praça Venâncio Neiva, com seu Pavilhão do Chá em estilo oriental.

O leitor não se esqueça, por causa do avanço no tempo e variações necessárias a melhor compreensão do desenvolvimento social, urbanístico e cultural da cidade, que estamos em 1822...

A metrópole paraibana dividia-se em Cidade Alta e Cidade Baixa. A distinção toponomástica perduraria até pouco, ao se despregar *João Pessoa* de seu marasmo e de suas limitações geográficas. O Varadouro não identificava apenas o cais do Sanhauá e artérias contíguas. Abarcava todo o bairro comercial que lá plantou-se e floresceu. Compreendia o Pátio da Alfândega, o Largo da Gameleira, donde originou-se a Praça Álvaro Machado, o Beco da Alfândega (Rua João Suassuna), a Rua das Convertidas (Maciel Pinheiro), que não tinha o comprimento atual porque nas proximidades do quartel do Corpo de Bombeiros uma gamboa alimentava-se de mananciais d'água doce. Um pequeno ancoradouro dela formado motivou o nome da via que lhe ficava mais perto, a leste — a Rua do Portinho. Trocaram-no pelo de Amaro Coutinho, herói de 1817, embora persista a primitiva denominação. E fazendo ligação da Cidade Baixa com a Cidade Alta, como ocorre ainda hoje, todavia sem as modernas facilidades: Estrada do Carro (Barão do Triunfo), "que bem poucos sabem datar de mais de trezentos anos!", consoante Mestre Coriolano de Medeiros; a Ladeira de São Francisco e a Rua da Areia, já beneficiada em parte com imperfeito calçamento de pedras pontiagudas. Esta artéria ficaria famosa na segunda metade do século: por ela desfilaria sob arcos de triunfo o Imperador Pedro II e nela despontaria contagiante o primeiro Carnaval na Paraíba.

Não deixemos escapar um detalhe curioso: uma mata fechada separava a Rua da Areia da Rua Nova...

O Varadouro era também centro residencial. Famílias de negociantes e seus caixeiros acomodavam-se nos andares

superiores de sobrados. Embaixo, os estabelecimentos comerciais. Armazéns, boticas, lojinhas. Uma porta larga mais adiante — uma barbearia. O fígaro, como tratavam o barbeiro, praticava medicina elementar, consentida. Ou, como queiram, pequenas cirurgias. Manejava a tesoura, a navalha, o boticão. E se o freguês chegava congestionado, dava um jeitinho. Escapava fedendo ou morria logo. Usava o escalpelo. Noutras circunstâncias, a ventosa. Guimarães Barreto, o grande trovador paraibano, presidente do Cenáculo Brasileiro de Letras e Artes, menino de calças curtas foi vítima de um desses "habilidosos" profissionais:

"O barbeiro Manoca tinha seu salão na Rua da Areia, em frente à Rua Maciel Pinheiro. Era um pardavasco baixo, de bigodes ralos e caídos, circunspecto. Nesse salão cortava cabelos, fazia barbas e extraía dentes. Em 1905 fui levado à sua presença para que ele me arrancasse um dos molares permanentes, que os meus julgavam dente de leite e se estragara, não permitindo ser tirado pelo meio então usado: um cordel feito de linha de carretel, que amarrava o dente, puxado depois com um sacalão. Ele extraiu-o e admirou-se. Cousa esquesita! Um dente de muda com raízes! Assim eram os conhecimentos dentários daquele Fígaro remanescente da época do Brasil-Império".

Falávamos de sobrados. No entanto, é bom esclarecermos: contavam-se em número reduzido. Pelo menos, nas ruas Nova e Direita, as principais da Cidade Alta, não excediam de três ou quatro, em cada. A maioria dos prédios apontava casinhas. Modestas, irregulares, de beirais se projetando sobre calçadas descontínuas e mal cuidadas.

Largos poeirentos. Ruas, vielas e becos tortuosos. Surgiram espontâneos e indisciplinados à beira de caminhos e ladeiras, livres de exigências de código de posturas municipais. Esse negócio de alinhamento e abertura planejada de praças, avenidas e viadutos, construção de casas dentro do figurino prefeitural, era cousa prá doidos futuristas a que ninguém dava ouvidos... Um pouquinho de calçamento rudimentar cobria trechos que se contavam nos dedos da mão. Por certo, Southey confundiu as calçadas largas da Rua Nova com ruas largas e bem calçadas... Somente dois ou três pontos centrais, mais concorridos ou "lordes" (decentes), como diziam de cousas e homens bem arranjados, cobriam-se de pedras de ponta, mal aparelhadas, e seixos de maior porte. O resto era na base dos buracos, da poeira e da lama, nas alternações do verão e do inverno.

O Parque Solon de Lucena, cartão postal da Capital

há trinta anos, pouco tivera descoberto os seus encantos virgens aos olhos dos citadinos. Mata densa, copada, numa trança de parasitas, lianas e liames de toda espécie. Reserva de essências e caça variadas ao longo do sítio imenso e charcoso. Um verdadeiro brejo circundando a Lagoa dos Irerês. Bosque fechado aonde iam vez por outra os caçadores.

Pretendia-se uma caçada a raposas e não se tinha melhor lugar. Parece que o bicho astucioso abundava por estas redondezas. Em sentido contrário havia uma "Rua da Raposa", sinal de sua presença em todo canto. Raposa por aqui só veio a faltar de uns vinte anos para cá. Proliferavam nas margens da estrada de Cabedelo e só num dia o General Ivo Borges e um grupo amigo abateram nove. Deixaram-nas na porta de Aderaldo Dias Pinto, com uma recomendação deste velho caçador aos filhos. Deviam retirar o couro com todo cuidado, em se tratando de peles raras... Quando Aderaldo chegou à casa e deu pela peça que lhe tinham pregado, não teve dúvida e saiu a colocar nos jardins dos "amigos da onça" as carcaças do troféu...

Mas, que nomes lindos tinham as ruas da *Cidade das Acácias*, ou Cássias, como quer que seja o erudito botânico Lauro Xavier contrariando uma cidade inteira — Rua das Flores, do Fuxico, do Sossego, das Convertidas, do Portinho, da Mãe dos Homens, da Tesoura, do Melão, do Chão Duro, das Laranjeiras, das Mangueiras, do Fogo, da Boa Vista, da Sodoma, do Galo Preto... Do Galo Preto? — quem se iniciava por aqui nos segredos da jurema? Terá sido nesta rua o primeiro terreiro de Umbanda na Capital?...

A Estrada dos Macacos era a Avenida D. Pedro II. O nome nos leva a acreditar, havia também grande quantidade de macacos na cidade. Macaco pulando de galho em galho por todos os lados... Não é que se instituiu o Bairro dos Estados no "Sítio dos Macacos"?! Ainda nas primeiras décadas do século 20, a ladeira que sobe da Lagoa para o Mercado Central, chamavam-na Beco dos Macacos. A distinta pintora conterrânea Amelinha Theorga reteve em tela maviosa a beleza luxuriante de paus-d'arcos amarelos e róseos ornamentando o beco, que o saudoso jornalista Severino Alves Ayres dizia ser "o caminho que leva ao amor e traz a felicidade"... Foi ali que o casal paraibano de intelectuais engastou numa bela vivenda o seu ninho de amor.

E a nomenclatura eufônica e graciosa dos becos, dos largos ou pátios, e dos sítios? Sítio do Mitonga, dos Frades e do Cecê; Beco da Companhia, do Xinxirra, dos Passinhos; Largos do Carmo, da Matriz e da Cadeia, mais tarde da Cadeia

Velha, do Erário "depois chamado Largo da Intendência, da Prefeitura e, finalmente, Praça Rio Branco". No Largo e Beco do Rosário surgiria a Praça Vidal de Negreiros com mudança de apelidos — Praça do Relógio, Ponto de Cem Réis, Praça do Viaduto...

Rua da Alegria, Rua da Viração... A "7 de Setembro", assim batizada depois da Independência, entre o portão do Carmo e o Beco do Beiriz, foi-se esticando, serpenteando por Tambiá, e ninguém mais sabe se é "Deputado Odon Bezerra" ou "Monsenhor Walfredo".

Abria-se um caminho mais curto em direção do Tibiry, facilitando o trânsito com as vilas interioranas. Logo o povo chamou-a de Estrada Nova. Seria a Rua da Imperatriz, em 1850, e com a Proclamação de Deodoro, Rua da República.

A igreja e convento de São Pedro Gonçalves, somente viria a ser construída vinte e um anos decorridos, em 1843. Conclui-se que no perímetro urbano, mesmo em bairro mais habitado, congregando mercadores e suas tavernas e depósitos, familiares e empregados, topava-se com grandes áreas desocupadas. Basta dizer, bem perto do Varadouro, a porção hoje abrigando o "Baixo Rogers", era o Sítio do Zumbi, propriedade de Amaro Gomes Coutinho seqüestrada pelos lusos depois de seu enforcamento.

O bairro do Rogers começava a ser vagamente conhecido por Sítio do Rogers. Em casa solitária na propriedade que registrou como Aburinoza, se deixara ficar um inglês desse sobrenome. Richard Rogers casou na nobre estirpe dos Gama e Melo e ligou-se à história da imprensa pessoense: "Diversos moradores da Capital, no louvável intuito de concorrer para o desenvolvimento intelectual da Província, abrem uma pública subscrição, oferecendo o seu produto à Câmara Municipal para comprar uma tipografia. A encomenda foi feita na Inglaterra por intermédio do negociante Ricardo Rogers, custando a mesma tipografia a quantia de 1:662$899, que tomou o nome de "Municipal". A Câmara arrematou-a no corrente ano (1831) ao Major Manuel Rodrigues Paiva, por três anos, ao preço de 1:000$000 (um conto de réis). Foi a segunda tipografia da Província".

A primeira foi a Tipografia Nacional da Paraíba, também na Capital. Cuidou de instalá-la a Junta Governativa presidida por Estêvão José Carneiro da Cunha, eleita após a Proclamação da Independência na *Cidade de Parahyba*. A eleição, e posse, deu-se a 3 de fevereiro de 1823 e já a 13 de março, em sessão, a Junta encarregou outro comerciante inglês da praça, Francisco Jordan Stuart, de providenciar na Inglaterra a aquisição da tipografia às expensas do Tesouro Provincial. Atendendo "às necessidades deste governo e do público que ansiosamente a deseja", o órgão governamental expediu consulta a seu congênere pernambucano, inteirando-se de preço e facilidades na importação de oficina semelhante, feita por Pernambuco. E "convindo ao bem público desta Província que apenas chegue a tipografia que se mandou vir da Inglaterra entre logo a trabalhar e a esparzir os luminosos raios", a Junta publicou edital a 7 de julho convidando aprendizes à arte tipográfica e comissionou Francisco João de Azevedo, pai e xará do padre inventor da máquina de escrever, a fim de aprender impressão e habilitar-se a fundar a primeira equipe de gráficos paraibana. A composição previa o aproveitamento de quatro meninos que soubessem ler e escrever, a critério de Mestre Azevedo.

A despeito do entusiasmo reinante e dos preparativos, os mínimos detalhes emergindo do plano concebido, a tipografia oficial só funcionaria em 1826. No dia 16 de fevereiro o semanário *Gazeta do Governo da Parahyba do Norte* circulava assinalando a criação do periodismo tabajara. Vendido a oitenta centavos o exemplar e impresso por outro súdito de Sua Majestade Britânica, Walter S. Boardman, figurando o Mestre Azevedo entre os colaboradores do inglês, converteu-se no primeiro jornal totalmente confeccionado na Paraíba, distribuído na Capital e no Estado.

O retardamento na implantação da primitiva indústria gráfica bem se pode inferir das privações financeiras que embaraçavam a ação governamental e ainda não sofreadas em 1827, ano da morte da Imperatriz Leopoldina, como fizemos notar ventilando aspectos da passada economia paraibana.

Uma vaga idéia de Cruz das Almas, de Cruz do Peixe... Rua de Jaguaribe, avaliem! E contrastando com as delícias do Sítio das Moças e do Beco das Pitombas, o pavor do Beco das Almas e da Viela do Inferno — Pai Nosso, Ave Maria!...

Nomes apavorantes, esquisitos, extravagantes, uns; pitorescos, cheios de graça, outros; suaves, poéticos, encantadores, outro tanto ou mais. Havia um tal de Curral das Éguas — que nome!...

Eudes Barros, historiador e grande romancista de *Dezessete*, sequioso de minúcias, pesquisou com paciência para armar um cenário compatível com a realidade da época em que se desenrola seu fascinante romance histórico, talvez o mais belo da literatura nacional e em segunda edição intitulado *Eles Sonharam com a Liberdade*. Suas cuidadosas investigações resultaram em páginas de impressionante e fiel res-

tauração da vida, costumes e traços da *Cidade de Parahyba* ao tempo dos sucessos aqui memorados. Lendo-se-lhe, sentimos que a ficção anima o enredo, dá-lhe maior colorido e movimentação mais desenvolta aos personagens. Entretanto, a verdade histórica está preservada, naquele ponto e tanto quanto possível.

Melhor que calcar uma descrição nos quadros reanimados pelo consagrado polígrafo conterrâneo, mutilando-lhes a beleza e autenticidade, é pegar o mestre e amigo pela mão e apresentá-lo aos leitores. Terão, com suas palavras, nítida representação do comportamento da sociedade pessoense na quadra que não difere de 1817 a 22:

"A *Paraíba* fechava-se às primeiras horas da noite.

Ao toque da ave-maria, despediam-se as vizinhas e as comadres, sacudindo o chale ao ombro, persignando-se e concentrando-se para rezar.

— Adeus, comadre. Já vou indo.

— Até amanhã, comadre.

E numa voz melosa e pausada:

— Gostei muito do bordadinho. Está um primor, comadre.

Outras interrompiam a prosa, apressando-se num passo miudinho:

— Amanhã apareço. Hoje não temos lua. Há muita gente ruim por esses becos, meu Deus perdoai-me...

Badalavam S. Bento, Rosário, Misericórdia, S. Francisco, Mãe dos Homens, Bom Jesus. Badalavam todos os sinos. Um desafio de badalos em todos os tons".

Peçamos um aparte ao poeta de *Jesus Brasileiro* para enfocar o valor estimativo do sino, com suas ressonâncias místicas, fúnebres ou festivas, na vida comunitária de então. E de muitos e muitos anos depois. Era assim como um veículo de comunicação, notícia de vida e morte, alegria e luto. Havia festas, solenidades cívicas, e tome badalo. Nestas ocasiões intrometia-se o foguetão. E se havia comício popular, o bombardeio ensurdecia quem estava perto, como ainda hoje é abuso e prática nociva nos arrabaldes da Capital e nas cidades do Interior. Se morria alguém, o sino ficava sozinho. Badalava a finados num queixume de locutor de amplificadora lendo nota fúnebre. O sino era o rádio dos nossos pentavós, como o foi dos nossos avós, em tempo mais recente. Era o arauto das más ou boas notícias. E o sacristão merecia a consideração hoje deferida a Sílvio Carlos, Paulo Rosendo e Marconi Altamirando, os plantonistas das rádios Arapuan, Tabajara, Correio da Paraíba.

O sino!...

Agora quem aparteia Eudes Barros é Coriolano de Medeiros. E Eudes encolhe-se respeitoso, como nós, ante a sabedoria do venerando historiador. A hora e a vez são de Coriolano. Mas o admirável mentor de tanta gente não assoma na tribuna destas evocações históricas com a objetividade do historiador que soube ser. Derrama poesia na crônica impecável. É mais poeta e cronista que historiador, sem faltar com a verdade histórica. Tem a palavra, Coriolano:

"... E vamos a outra pitada. Façamos como o inesquecível Padre Meira que pontoava suas pitadas, seus rimoques, suas sátiras, sorvendo pitadas de rapé.

Surpreendamos um velho chefe de família na sua própria residência, gritando aos molequinhos, ameaçando escravos, somando as despesas da semana, ansiando pela costela de cabrito, ou feijão com orelhas de porco; com peito de galinha em cabidela, enfim com jantar das três da tarde. Em seguida, uma soneca na preguiçosa, donde o vem arrancar o velho amigo e confidente, encarregado de vigiar as suas rendas. Vai ao quarto próximo, veste seu rodaque de flores vermelhas, põe ao ombro o amplo lenço de alcobaça e cobre a cabeça com sua barretina de veludo azul bordado a ouro. Acomodam-se ao alpendre e começam uma partida de gamão que terminará na hora do chá com torradas. As chalaças se multiplicam com as trocas de pitadas de rapé. De repente, pela casa a dentro, entra a ressonância de hora do *Angelus*. Suspendem o jogo, ficam silenciosos não sei se rezando, ou sentindo a comoção do anúncio divino da concepção de Maria! Hoje os sinos já não tocam Ave-Maria. Não mais nos enternecemos com aquela vibração prolongada e distinta do bronze, numa hora em que já não é dia e ainda não é noite.

O sino!... Como me dorme n'alma a lembrança dos sinos de outrora, marcando sonoramente os instantes de nossa vida! As doze horas, todos os campanários da cidade anunciavam o meio-dia; ao sumir-se o sol, no poente, não havia sacristão que se eximisse ao dever de agir na sineira e todas as torres, como vibravam um compasso de saudade, alteando-se distante para vir esmorecendo, até insinuar-se no coração da gente... Ainda às oito da noite, os grandes sinos dos conventos advertiam a chegada da hora do chá que precedia a do recolher. Era a exigência do descanso para o avigoramento das forças necessárias aos trabalhos do dia seguinte. Nas vésperas dos santificados, ao meio-dia e às seis horas repiques festivos, artisticamente repinicados, avisavam a festa religiosa do dia seguinte. E disse artisticamente, porque o vibrar de

sinos outrora tinha a sua técnica e os seus especialistas. Ainda é vivo e forte, o Viana, aposentado da Capitania do Porto e presbítero evangélico; pois o Viana, já rapaz, ainda era doido por um badalo.

No chá com torradas, também por desfastio, se triturava, às vezes, a pele do próximo. Discutiam-se linhagens e não era raro ouvir-se: — Fulano não é branco; Sicrano, filho de uma mulata forrada na pia, não era para casar com a filha do Alferes Silvestre. Tais assomos de nobreza, embora muito longe de mim, me despertaram certa curiosidade que aumentou com os ruídos dessa questão de raça, levantada pelos alemães. Assim, me permiti de fazer uma recolta na seara paraibana, isto é, na vara da metrópole paraibana"...

Neste ponto, com reticência nossa, vamos cassando a palavra a Mestre Coriolano. Não devemos deixá-lo meter mão em cumbuca, embora macaco velho. Há muito filho de mulata por aí a fora fazendo inveja a filho de ariano. E é um ariano de muitas comendas e brilhantes, o Suassuna que glorificou *A Pedra do Reino*, quem aconselha ninguém confiar em brasões. A bastardia costuma esconder-se em casas armoriadas. Uma diagonal, um traço ao meio, e o diabo está solto... E Júlio Vieira anda revelando aos quatro cantos da cidade que muita gente "bacana" que acontece diariamente nas colunas do Agá (Heitor Falcão), de Sônia Iost e Ivonaldo Correa, é descendente de padres... Como se padre não quisesse dizer pai! E por cima de tudo há alemã por aqui, branca como lírio mas cheirando a rosas, com nome de índia, cacoetes baianos e filha tão loura que lembra benesse de sábio, vacina bendita, e filho moreno da cor de canela...

Fizemos calar a boca do pai de *Sampaio* com muita razão. Nós mesmos carregamos, sem querer carregar, em nossas cabeças, sinais de Angola. E só nos lembramos do sangue azulado que em nossas veias pretendemos corra... E Vovó Índia, e Vovó de Luanda, que o velho "Portuga" no papo passou?...

Depois do aparte e da lengalenga, o conferencista que nos falou dos *Poetas Paraibanos do Brasil-Reino aos Tempos Modernos* retoma a palavra:

"A Paraíba ia vivendo assim a sua monótona vidinha de cidade de usos e costumes ainda rurais. Galos, galinhas, perus, ciscavam no terreiro das casas, no meio da rua, enquanto varas de porcos cavavam poças de lama na Rua do Fogo (parte hoje compreendida entre os edifícios da Assembléia e dos Correios e Telégrafos), na Estrada do Carro ou no Varadouro com a água suja que descia da Cidade Alta. Pescadores

de siris e goiamuns, desde a madrugada de pernas enterradas no mangue; canoeiros da Rua da Raposa; funcionários públicos timoratos e pacíficos; funileiros, ourives, pedreiros, bodegueiros, lojistas e caixeiros entremeavam as horas de trabalho com longos bocejos de tédio e chacotas picantes, para matarem o tempo"...

Aproveitemos a pausa, não para meditação. Para enxertar sem demora aquela reconstituição.

O poder público não diligenciava na coleta de lixo. O zelo, ou obrigação, restringia-se à limpeza das repartições do governo e à remoção de entulhos e detritos dos largos e calçadas de prédios onde elas tinham sede. Monturos proliferavam em terrenos baldios. As autoridades faziam vistas grossas. Nem todos dispunham ou podiam ter o buracão de despejos no fundo das casas. E nos montões de sujidades, nos lamaçais de ruas e charcos de partes baixas, enxameavam moscas, mosquitos e muriçocas provocando impaludismo e surtos periódicos de febres tifóides.

Morria-se à míngua. Higiene sanitária elementar, e inexistência de preventivos e repressões em benefício da saúde pública. A única providência de que se tem notícia, documentalmente, foi a vacinação antivariólica aplicada em massa na epidemia de 1806. Iniciativa do Governador Luiz da Mota Feio que, exultante, enfatiza num relatório: "... o feliz sucesso e facilidade com que esta operação se pratica, tem convencido alguns e vai sujeitando a maior parte a vacinar-se, sem já serem obrigados, só pelo meu trabalho em persuadir, tendo eu ao presente o gosto de ver quase extinto, nesta cidade e seus subúrbios, tão pernicioso mal, que antigamente, dizem seus habitantes, aqui se não conhecia".

Doentes remediados procuravam cura e convalesciam em Tambaú. Entrementes, se fazia inverno, a malária grassava, devido a alagados e maceiós, e mais lá para as bandas do Bessa.

Afortunados, pois, os moradores de Miramar e Manaíra...

Cidade de lendas e superstições, de heróis e mártires, de história emocionante e estórias assombrosas, de santos menosprezados e de marginais exaltados com suas proezas na tradição oral, na crônica escrita, em versos e nas versões teatrais...

Aqui se realizou a procissão mais extravagante já vista por esses brasis a fora. Coriolano contou-a. A *Procissão da Penitência*. Homens fanáticos, postos a si mesmos em ferro, arrastando grilhões noite a dentro, numa autoflagelação dan-

tesca, entoando cantilenas e pedindo ao Senhor a salvação de suas almas pecadoras. Um quadro impressionante, hoffmanniano, pavoroso e inacreditável, mas real. O excesso de fé não valeu, entretanto, Santo Antônio. Foi considerado militar por Carta Régia, para efeito de soldo recolhido pelos de sua ordem e em favor do templo de sua invocação. Atrasavam o pagamento e nunca o elevaram do nível de soldado raso. Chegaram ao cúmulo de tirar-lhe o orago, os fiéis ainda chamando-o Igreja de São Francisco. Do taumaturgo de Assis era apenas o convento. Ficou com tudo. E houve tempo que nem as mocinhas ansiosas, as vitalinas desesperadas, davam bolas p'rá Santo Antônio. As promessas, as orações, as advinhações, faziam-nas com intercessão de São Gonçalo, o santo casamenteiro na época da Independência. Tinha até nome em rua. No trecho entre a Rua da Baixa e o Largo do Palácio, anteriormente Rua do Colégio. Da esquina do Paraíba Hotel à d'A União.

Pobre do Santo Antônio! Mas, é isto mesmo! Aí temos o Padre Zé, repetindo Ibiapina e suplantando D. Ulrico, e não lhe dão a atenção que merece. Depois de sua morte é que vão dizer — ah! se eu soubesse...

O martírio de Branca Dias e Guiomar Nunes repontava, vez por outra, nos "serões familiares, à luz dos candieiros de azeite".

Jamais olvidaram-no.

O poeta Botto de Menezes evocá-lo-ia em versos repassados de telurismo, transportando-o ao cenário panteísta do Tambiá:

"Água perene.
Que cai da fonte do Tambiá.
Cada uma gota dessa água mansa
Envolve a história de nossa terra,
A consciência do nosso povo,
De muitos crimes passionais

Testemunha ocular de banhos,
De pecado e vício,
De quase todos os governadores;
Testemunha ocular de quadros de arte,
Talvez amores de Branca Dias,
Arrebatada para Lisboa,
Sem notícia certa, para nunca mais

Sombras de heróis, que amaram na mata,
Na relva, na sombra, no chão,
Sombra de Gama Rosa
E banho das duas infelizes conterrâneas,
"Relachadas em carne"
Guiomar Nunes, Izabel Henriques,
Da nossa história!
Que, ali, talvez, nas águas mansas,
Lavaram o corpo nu, ensangüentadas,
Alma rebelde e o coração...
Depois...
"O suplício da corda
Nas fogueiras da Inquisição...
Água que guarda segredos velhos...
Água perene!
Que cai da bica do Tambiá"

* * *

As estrepolias do Nogueira. Mulato, filho bastardo de senhor de engenho, que o salvara do pelourinho dando-lhe fugas e esconderijos, era dado à conquista forçada de mulheres. Fora condenado a cumprir pena na África. Mas nunca saíra das redondezas da *Cidade de Parahyba*, acobertado pela influência paterna. Era naquele tempo a perfeita encarnação de Pedro Corredor, o famigerado Don Juan negro há pouco abatido pela Polícia.

"... E as donzelas e crianças não se desprendiam das mães e das mucamas, vendo olhos de monstros nos cantos escuros da sala, e dando gritinhos de espanto quando o papai ou o irmão mais velho diziam brincando:

— Lá vem o Nogueira!"

Cidade de lendas!

Não falamos do Nogueira, que nada tinha de lendário. Bicho-papão real, terror de mocinhas indefesas.

Se os papa-figos sacudiam corações infantis e os lobisomens intrigavam a muita gente pela coincidência de suas aparições em noite de lua cheia, se os caiporas ou cabriolas povoavam as matas próximas, um ente do outro mundo infundia medo maior a toda população. Era o frade sem cabeça que ainda hoje costuma fazer orações e penitências no Cruzeiro de São Francisco...

"Quando, alta noite, o Cruzeiro / recebe a brisa na cruz, / antes mesmo que amanheça, / acocorado, rezando, / move um frade sem cabeça, / serenamente, o capus".

Quantas lendas a contar!... O espaço é curto e o assunto é outro...

Cidade também de pecado. Não a cidade do pecado, um antro de perdição.

Houve tempo, e não faz muito, que, pela quietude de sua vida, cotidiano modorrento, continência de hábitos, insignificância no índice de criminalidade, ausência de suplementos policiais, botaram-lhe a alcunha de "Cidade Santa". Quando havia um crime, era passional. Amor impetuoso, paixão irreprimível, ciúme doidivano impulsionando as armas das frustrações, das vinganças, das lavagens de honra, das separações insuportáveis. Talvez o verso fosse exagerado — "de muitos crimes passionais"...

Depois, a dilatação da área urbana. Crescendo, crescendo sempre, assustadoramente. E a explosão demográfica. Minguou apenas na santidade. Perdeu aquela aparência conventual, a fisionomia puritana que lhe pintavam cronistas e poetas sem a visão histórica e sociológica de Antônio Botto de Menezes.

Os templos, as novenas de Maio, as retretas, os serões de calçada, os "assustados" familiares, as lapinhas e quadrilhas inocentes, esvaziando-se. E ruas, bambuais da Lagoa, veredas de praia, clubes recreativos, praças de esporte, bares, buates, "inferninhos", bucho de menina-moça, delegacias, juizados, se enchendo de gente. Madrugadas repletas. Madrugadas violentadas pelo que se chama progresso e pode ser pecado... Outrora, só lhes perturbavam o silêncio, a solidão enluarada, flautas e violões em serenatas. Lamentos de menestréis apaixonados...

Em verdade, porém, mesmo "Cidade Santa", ela teve lá os seus pecados. Pecou como todas as cidades, todo recanto do Mundo onde há homens e mulheres, vinho e música. Não às escâncaras, como hoje. Por baixo de sete capas, pecando... pecados veniais...

"Pelas ruas que iam ficando às escuras, pelas estradas ermas através da mataria perambulavam sombras. Vultos suspeitos. Capoeiras tocavam "harmônio" na rua das Olerias. Rameiras se descompunham no Curral das Éguas. E era de ver-se romper inopinadamente pelo meio delas, remexendo a espada no cinturão, um soldado do Batalhão de Linha, disposto a manter a ordem, com a feroz e cômica imponência do seu bigodão lustroso de óleo de coco..."

Debalde, procuramos localizar o Curral das Éguas. Ficamos sem saber se era lugar onde se recolhiam alimárias de feirantes ou de milicianos, ou reduto de prostituição, presente

na lembrança o tempo em que as infelizes marafonas não tinham a sua desgraça social atenuada por tratamentos suaves — "mariposas", hoje em dia, por exemplo. Vinha à baila a vida dissoluta de uma mulher e soltavam o jargão terrivelmente pejorativo: — "aquilo é uma égua!"

Parece-nos, por deduções lógicas, ter sido o ponto de partida dos lupanares que se foram agrupando por trás da Rua do Fogo, junto à Rua da Palma, assim chamada em 1822 e mais tarde do "Império e, depois, da Palha e, finalmente, Silva Jardim". O meretrício ali desenvolveu-se e teve concentração durante muitos anos, até que um novo "bigode-de-arame", o Juiz Arquimedes Souto Maior Filho, mesmo sob protestos de outro conhecido magistrado, tangeu-o dali com "bigodetes", e tudo. Era a exigência do progresso urbanístico da cidade que o levava a despachar favoravelmente os mandados de segurança impetrados pela Prefeitura para garantir a desapropriação dos vestíbulos. E onde se dançou o samba mais requebrado destas paragens, no "Tombo da Mulata" e no "cabaret" de Pacote, o comércio ganhou espaço e levantou-se a Estação Rodoviária. Por ironia, a "mandchúria", como era chamada aquela parte da cidade há uns vinte anos, transferiu-se com armas e bagagens para a Rua das Convertidas...

Mas, não nos distanciemos muito de 1822.

A Cidade recolhia-se logo cedo...

"Era lícito antever no princípio do século XIX a independência do Brasil, conservada a colônia unida da Amazônia ao Prata pelo longo sacrifício dos seus habitantes, torturados de angústia e espantoso martírio, em que figuravam com destaque os da gloriosa Paraíba". — J. F. DE ALMEIDA PRADO

S O N E T O

"Três mil léguas contém de comprimento
Do Globo a quarta parte americana,
Sendo esta a maior e a mais ufana
Das conteúdas no repartimento.

O Brasil tomou logo o seu assento
Na segunda divisão meridiana,
Onde habitando mísera cabana
Longos dias viveu no esquecimento.

Pouco a pouco se foi desenvolvendo
De seu pobre, humilde e baixo estado;
À indústria, à fortuna foi crescendo,

Té que hoje sobre os outros sublimado,
Triunfante e glorioso se está vendo
Do Novo Mundo o filho agigantado."

ANTÔNIO ELIAS PESSOA
1 8 2 2

Nota do Autor — Embora Antônio Elias Pessoa, na história da literatura paraibana, tenha "mais importância cronológica que poética" e seus versos revelem "uma espécie de patriotismo mais geográfico que sentimental", na crítica perfeita de Eudes Barros, o soneto acima popularizou-se por ter sido muito recitado nas festas da Independência na Paraíba. O poeta foi herói de 1817.

"FALLA POETICA"

Não é de infaustos tronos levantados
Sobre estrago e ruína
De desolada gente,
Nem de ultrajada herança derivados,
Que eu traço a narração. Nem meus encômios
Ao sangue, à prepotência, à intriga exponho
Do direito dos homens, do bem estar dos povos pre-
Sigo a brilhante idéia [venido
De um império, que nasce por si próprio,
Que com o próprio vigor aumenta e cresce;
Inda pouco saído
Das abundantes mãos da natureza
. . . .
. . . .
Agora independente e soberano
Por legítima causa, por ser tempo,
Por fato e por direito:
Já remotas potências não lhe negam
A suma dignidade,
E a lusa mãe, que o contemplando outrora
. . . .
Com ósculos de paz, o adeus lhe disse:
"Filho, já hoje aos meus braços solto,
Lembre-te a pátria mãe que te há gerado,
Lembre-te irmãos, no mesmo seio havidos,
Se não te dei educação mais ampla,
Nem mais ricos penhores, que não tive,
Dei-te as entranhas com que tens nutrido,
O grande Pedro, o qual é mais que tudo . . .
. . . .

FRANCISCO XAVIER MONTEIRO DA FRANCA
1 8 2 5

(Excertos do poema composto e recitado pelo poeta-mártir de 1817, numa solenidade no Palácio do Governo, a 19 de outubro de 1825, comemorativa do reconhecimento da Independência Nacional pelo Reino de Portugal. F. X. Monteiro da Franca, também escritor, fez parte de várias Juntas Governativas, foi deputado federal e sozinho governou a Paraíba de 7 de setembro de 1840 a 4 de maio de 1841.)

A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA

A Capital — "a Paraíba ia assim vivendo a sua monótona vidinha de cidade de usos e costumes ainda rurais"...

Apesar dessas características arraigadamente provincianas, da vida pacata de seus habitantes, não calara na cidade a voz de idealistas imbuídos de sentimentos nativistas, de idéias liberais, inconformados com o jugo lusitano e assim desejosos de abreviar a separação que, mais cedo ou mais tarde, viria a dar-se, estavam certos. Sabiam quanto lhes custaria a determinação de se entregarem, de corpo e alma, à causa da Pátria. Mas não tergiversariam no aproveitamento de uma primeira oportunidade, porquanto inquebrantável a decisão e forte o ânimo de prosseguirem na luta emancipacionista.

Recordavam o alto preço pago pelos patriotas de 17, o sacrifício brutal de conterrâneos ilustres pelo sonho de liberdade que se transformara em pesadelo terrível. O frustrado anseio de libertação que os vingadores implacáveis da Regência catalogaram como crime de lesa-majestade a fim de justificar à larga as medidas de exceção, as restrições hediondas, as punições sumárias, o saque oficializado, a função degradante dos carrascos, a onda de terror e os bloqueios sufocantes.

Os fatos atinentes a 1817 eram de ontem. Porém, longe de amedrontá-los, acossava-os a novos cometimentos patrióticos, a novas investidas libertárias. Não fora em vão a matança dos comandantes intimoratos. Melo Muniz tombara na defesa do forte do Cabedelo, dando viva à Pátria. Altivos e serenos, Amaro Coutinho, Peregrino de Carvalho, Padre Antônio Pereira e Inácio Leopoldo, seguidos do ínclito mineiro Francisco José da Silveira (de quem descendem paraibanos notáveis, estadistas renomados e militares briosos), enfrentaram os ca-

dafalsos armados na Praça do Erário, em Recife. Resolutos e firmes, ciosos de haverem regado com bom sangue a boa semente plantada no coração dos brasileiros. A semente que nascera, florescera com Tiradentes e murchara ao longo de vários movimentos nativistas, e vingara de novo com eles gritando "Pela Independência, pela República, pela Nacionalidade". A semente que, enfim, estava prestes a frutificar.

Não foi sem muita razão que escrevemos na introdução do nosso livro *A Paraíba na Revolução de 1817*:

Esta rebelião armada, como nenhuma outra de quantas foram desfechadas, pontilhando o sentimento nativista nos caminhos da liberdade, pôde ensejar condições propícias e ambiente psicologicamente favorável ao golpe mortal sobre o jugo português. Pois, mais pela virtude do seu sacrifício que pela eficácia de suas armas, a arrancada republicana fez estremecer os arrimos da dominação em que se debatia o Brasil. Analisando os exemplos deixados por ela, dois abalizados historiadores, Olympio Guilherme e Max Fleiuss, são concordes em afirmar que "o 7 de Setembro é uma resposta direta e cabal à chacina dos patriotas de 1817, precursores mais próximos e legítimos do grito emancipador de D. Pedro".

Eram fatos recentes demais para serem tão depressa esquecidos. O rigor das punições, os confiscos de bens, a impiedade dos interrogatórios e prisões arbitrárias, as delações, as intrigas, o diabo a quatro. E se crescera a tanto a aversão de portugueses contra brasileiros, natural que a insolência se tornasse intolerável e tivesse a sua recíproca. Nem mesmo a anistia concedida por D. João VI aos revoltosos, em 1821, e a adoção de bases mais liberais na Constituição Portuguesa, puderam conter ou diminuir a exaltação de ânimos.

O movimento rebentado na vizinha cidade de Goiana, contra a autocracia do General Luiz do Rego Barreto, Governador de Pernambuco, repercutira na capital paraibana. Não podendo contrariar os ditames da nova carta política, ele providenciara a eleição da Junta Governativa de Pernambuco, mas reservara a si próprio a Presidência. Além de ser um ato abusivo de personalismo e continuativo de seu poder, conflitava-se com o espírito da lei magna que era o de renovar os governos provinciais, dando-lhes, ao mesmo tempo, a forma de colegiados.

Insubordinando-se, por não concordar com o critério da eleição e o mandonismo de Luiz do Rego, "a nobreza, milícia e povo reunidos na Vila de Goiana a 29 de agosto elegem uma Junta que intitulam de *Provisional Temporária*, de acordo com a Constituição Portuguesa, protestando durar enquanto

na capital da Província se não instalasse governo legítimo". A extensão e vigor da rebelião extravasaram as suposições fosse ela restrita àquela vila. Contara de pronto com o apoio de forças de Limoeiro, Nazaré, Pau d'Alho, Lagoa Seca, Tracunhaém e Tamataupe de Flores, já aquarteladas em Goiana e ajudando a garantir-lhe a histórica decisão.

Ambos os governos pernambucanos expedem comunicações ao da Paraíba, pedindo-lhe reconhecimento. O General Barreto, indo além do convencional desses expedientes, apressa-se em solicitar das autoridades paraibanas auxílio em tropas e munições para fazer face à dualidade de poder constituído em Pernambuco e valer a pretensa legitimidade de seu governo.

A reação na *Cidade de Parahyba*, contra este pedido, não se faz esperar. Estoura nas ruas, incontrolável e assustadora, amedrontando o Governador Joaquim Rebello, de tendências anti-constitucionalistas e inclinado a cooperar com o seu colega pernambucano. "Reinava a confusão e a insatisfação no seio do povo, manifestando-se esse estado de espírito a propósito de tudo". A rebelião de Goiana era-lhe um bom pretexto, alvo de simpatia e solidariedade por defender princípios liberais. Formula-se invencível o seu apoio à causa de Goiana e o Governador Rebello recua, apesar de ter mandado recolher à Cadeia Velha manifestantes mais exaltados. Não mais iriam as tropas paraibanas marchar contra as forças liberais de Pernambuco.

No episódio devemos destacar a coerência da atitude tomada pelo Senado da Câmara, órgão equivalente e antecessor da atual Câmara Municipal de João Pessoa, interpretando fielmente a vontade e as indicações do povo que representava.

A Câmara da Capital, integrada pelos Vereadores Manuel Ferreira Coutinho, Manuel José Coelho, João da Silva Guimarães e Manuel Valeriano de Sá Leitão, em sessão de 23 de setembro, oficia ao Governador transmitindo-lhe as reivindicações populares. Numa homenagem à "Casa de Napoleão Laureano", ao seu atual Presidente, Vereador Carlos Mangueira, que bem representa a novíssima geração de políticos paraibanos, e às bancadas onde assentam com os companheiros os nossos amigos José Alves Caldas, da ARENA, e Mário Antônio da Gama e Melo, do MDB, damos a seguir o traslado do documento sumamente honroso para a Câmara e sua história política:

"Ilmo. Exmo. Sr. Joaquim Rebello da Fonseca Rosado, Governador desta Província. — Levamos à presença de V. Excia. as representações que nos faz o Povo desta Cidade,

dirigido a nós como seus representantes: tem-se divulgado notícia que V. Excia. manda marchar tropas contra o povo de Goiana e os recôncavos de Pernambuco, que segundo a Constituição querem instalar um legítimo governo naquela Província. Este Povo senão deve reputar inimigo nem o direito particular de um deve prevalecer aos sentimentos gerais de todo aquele povo. Nós vivemos nesta Província debaixo de toda a paz e harmonia e nada temos contra aquela outra e não devemos concorrer para uma guerra civil, indo atacar aos nossos irmãos que se não afastam da Constituição e que só querem sacudir o jugo do despotismo; queira pois V. Excia. anuir aos votos do Povo desta Cidade, dignando-se V. Excia. comparecer pessoalmente nesta mesma sessão para satisfação do Clero, Nobreza e Povo que tem concorrido assim como para assistir a representação geral dos moradores desta Cidade, sobre o que nada podemos deliberar constitucionalmente sem a respeitável presença de V. Excia. Deus guarde a V. Excia. por muitos anos".

Consideramo-lo honroso, por vários motivos. Primeiro, pela perfeita identificação entre povo e representantes, sem o que desaparece ou estiola-se a representação popular; segundo, pela visível tendência democrática e libertária da Câmara, aliada à causa nacional; terceiro, pela excelente redação do ofício, esbanjando habilidade no trato com a autoridade superior, sabidamente contrária à aspiração constitucionalista, passo avançado em prol da libertação nacional e, finalmente, pela astúcia política, pela filigrana que ressalta de expressões tais: "Nós vivemos nesta Província debaixo de toda harmonia e paz" — é dissimulação, é disfarce no tratamento com a autoridade mantenedora da ordem política e social, sutileza usual nas relações entre poderes distintos mas que devem ser harmônicos, um mimo, em última análise, ao chefe do Executivo que nunca deixou de ser neste País o senhor do dinheiro e do poder de polícia; e "nada temos contra aquela outra (Província) e não devemos concorrer para uma guerra civil" — revela bom senso, intenção conciliadora, o espírito apaziguante que sempre foi a arma dos bons políticos, a despeito de sentir-se-lhe intento diametralmente oposto, qual seja o de não estorvar a ação patriótica de Goiana, aproveitando-se, em luta, da Constituição, votada pelos portugueses, contra o Rei, que era a personificação do absolutismo, do arbítrio no Reino Unido.

Deixamos, propositalmente, para dissecação apartada, as derradeiras palavras do manhoso ofício — "Deus guarde V. Excia. por muitos anos". No caso não era uma saudação formal, mera expressão votiva comumente usada fechando correspondência cerimoniosa, com especialidade. Cheira mais a ironia, porque o Governador Rebello deixara de ser *persona grata* na Paraíba. Irritava ao povo sua extremada demonstração de antagonista da nova Constituição e a indiferença no tocante às comunicações de juramento do estatuto democrático, escamoteando-as e confundindo a opinião pública. Estava com seus dias contados à frente do governo paraibano. Sem que pudesse desconfiar, preparavam-lhe o "bilhete azul"...

Realmente, bem não regressara de Pernambuco a delegação da Paraíba, composta do Dr. Francisco de Souza Paraíso, Ouvidor Geral, do Tenente-Coronel João de Araújo da Cruz e do Padre Amaro de Barros de Oliveira Lima, incumbida de conciliar os dissidentes de Goiana e Recife e saindo-se vitoriosa em sua missão pacificadora, convoca-se uma sessão extraordinária do Senado da Câmara.

Reúnem-se os representantes do povo, em grande vereação, na Igreja Matriz da Capital. Na presidência dos trabalhos o Ouvidor Geral Francisco Paraíso que exercia, cumulativamente, o cargo de Corregedor da Comarca. Presentes à sessão especial e solene, para que tinham sido prévia e discretamente convocados, representantes dos senados das vilas de Mamanguape, São Miguel, Conde, Pilar e da Vila Nova da Rainha (Campina Grande). Na lista de comparecimento, ainda, os comandantes e oficiais da tropa militar aquartelada na Capital, corporações de 1.ª e 2.ª linha, vários membros do Clero, dois deputados às Cortes da Província, cujos nomes também não vêm citados na nota que nos serve de fundamento à redação, além de integrantes de todas as classes sociais e instituições existentes na Capital.

A ordem do dia, então enunciada, dá conta das matérias motivadoras da grande vereação: "plantar na Província a causa liberal, outorgada pela mesma Constituição", e mudar o sistema de governo com a eleição de uma Junta Administrativa, o que, em outras palavras, queria dizer: depor o Governador Joaquim Rebello. José Leal, o venerando historiador e jornalista, em recente palestra conosco e com o aposentado Juiz Josué Farias, comentando o assunto, ajuntou sardonicamente entre risadas: — "É, parece que o Rebello foi o primeiro governador a ser deposto na Paraíba"...

No mesmo dia, a Junta Governativa eleita tomou posse conforme consta da ata respectiva:

"Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de mil oitocentos e vinte e um, nesta cidade de Parahyba do Norte, sendo instalada e empossada do Governo da Província a Junta Provisória constante do Presidente, o Ilmo. Sr. Tenente-Coronel

Comandante do Batalhão de Linha, João de Araújo da Cruz, do Secretário, o Ilmo. Sr. Dr. Augusto Xavier de Carvalho (pai de Peregrino de Carvalho), e dos mais membros, os Ilmos. Srs. Joaquim Antônio de Oliveira, Padre Amaro de Barros de Oliveira Lima e Francisco Bernardo Cavalcanti de Melo, se reuniu em sessão no quartel do sobredito Presidente por achar ocupado o Palácio do Governador Joaquim Rebello da Fonseca Rosado, e assentaram dirigir o ofício político ao mesmo ex-Governador, dando-lhe parte circunstanciada da sua instalação e posse e por ser já tarde mandou o dito Presidente levantar a sessão do que fiz este assento assinado pela Junta. Jerônimo José Rodrigues Chaves, Secretário do Expediente do Governo, o escrevi. Cruz, Presidente — Oliveira — Lima — Melo — Carvalho".

Rebello ainda demorou-se na cidade mais de um mês, por tolerância da Junta. Mas, quando se dispôs a intervir, viu-se livre de sua presença incômoda.

Esta Junta em pouco sofreria alteração. A morte de Francisco Bernardo Cavalcanti de Melo, no Engenho São João (atualmente importante parque açucareiro), proporcionaria a eleição e posse do Padre Galdino da Costa Villar.

Dos mais tensos e agitados o clima reinante na *Cidade de Parahyba* e, por ampliação, em toda a Capitania, em fins de 1921 e começos de 22. Desde 10 de junho, quando o Batalhão de Linha obrigou o Governo a prometer, na Capital, guardar e manter as bases da Constituição Portuguesa, verificavam-se acontecimentos perturbadores. Em agosto, na Vila Nova de Sousa, o Padre Cláudio Alves da Costa, vigário da freguesia, e os capitães Antônio do Nascimento Sá e Luiz José da Cunha, declararam-se irredutíveis em não proceder ao juramento constitucional e realizar as eleições paroquiais. Combina-se na Capital uma intervenção militar em Sousa e a prisão dos líderes da reação. Porém, à falta de corpos auxiliares na guarnição local, deixando a metrópole em risco, preferem usar de meios suasórios mandando uma deputação àquela cidade sertaneja "ilustrar e fazer conhecer aos levantados as vantagens que devem esperar da Constituição política e liberal e procederem as eleições apontadas".

Estavam certos em não "deixando a Cidade (Paraíba) sem a devida guarnição, na presente época". A eleição realizada na Matriz da Capital para escolha dos deputados da Província às Cortes Portuguesas provocara agitação social. Os reinóis queriam por fina força cassar o mandato do Padre Virgínio Rodrigues Campelo, que levara Campina Grande a aderir à Revolução de 1817 e por isto passara quatro anos nos

calabouços da Paraíba e da Bahia. E por motivos diferentes dos do Padre Cláudio, o senhor de Pacatuba, João Alves Sanches Massa, parceiro de Matias da Gama Cabral na chefia da contra-revolução em 17 e novamente aliados, declarara-se abertamente contrário ao movimento constitucionalista. Fundara na Província o Partido Anti-Constitucional, arregimentando centenas de adeptos dispostos à luta armada. Contara de plano com a solidariedade do Sargento-Mor José Maria Correia, do Regimento de Milícias de Branco, e do comandante do Regimento de Henriques (Homens de Cor), Manuel Mancio Judici Biquer, que jurara o instrumento legal mas se dizendo a isto obrigado já que o considerava "um desaforo e os seus autores uns malvados".

Um filho do Coronel Sanches Massa, de igual nome, João Alves, tentou impedir a posse da Junta eleita em substituição a Rebello. Os liberais e constitucionalistas abortaram o plano de sublevação da 3.ª Companhia da Força de Linha, a que pertencia o jovem ocupando o posto de cabo-de-esquadra. Submeteram-no a Conselho de Guerra e livrou-se de condenação mercê da proteção de amigos do seu genitor que, apesar da posição antipática, gozava de grande respeito e prestígio social.

Menos protegidos, Manuel Biquer e José Maria Correia foram deportados para Lisboa, sob cuidados especiais. Vigiavam-nos os deputados às Cortes Portuguesas Francisco Xavier Monteiro da Franca e Padre José da Costa Cirne. Deixaram de viajar na ocasião os outros dois representantes eleitos por esta Província, Padre Virgínio Campelo e Dr. Francisco de Arruda Câmara.

No fim do ano ocorrem sérios distúrbios em Itabaiana. A animosidade de partidários de El-Rei contra defensores da Constituição, ou melhor, de portugueses contra brasileiros, espraia-se em onda sanguinolenta sobre a localidade Maracaípe. Vários crimes são praticados. Há denúncias de que nessas povoações e noutras combinam-se saques e mortes. Constatado o ambiente de pé-de-guerra e a falsidade de pretextos alegados pelos reinóis para investir furiosamente contra os nacionais, os de desagravo à autoridade do soberano quando em verdade pretendiam abater o ânimo constitucionalista, a Junta resolve interferir. Desloca para Itabaiana uma tropa de quarenta baionetas, às ordens do comandante da 3.ª Companhia de Linha e assistência do Tenente-Coronel Francisco Inácio do Valle. Este oficial, que grangeou fama como escritor militar, deixando à posteridade uma excelente *Memória ou Diário da Revolução e da Contra-Revolução de 1817 na Capi-*

tania da Paraíba do Norte, tornou-se suspeito no desempenho de sua missão. Contemporizou com os reacionários, aceitando-lhes a hospedagem e favores diversos e "fechando os olhos" a muita cousa errada... Embora oficial de carreira, não é de admirar seu comportamento e sim a comissão militar que lhe foi confiada, sabendo-se-lhe um realista de "quatro costados", forgicador e esteio dos contra-revolucionários em 17.

Sem outra alternativa, tal a confusão reinante, e parecendo não ter mais em quem confiar, as facções em litígio aberto e todo mundo em posição definida, o próprio Presidente da Junta, João de Araújo da Cruz, em pleno Natal de 21, deixa a Capital e os seus para ir verificar, pessoalmente, as implicações do tumulto na povoação de Itabaiana. Vai, e dando mostras de seu temperamento equilibrado, da isenção com que procurava contornar a situação e impor a ordem, apura responsabilidades e ordena prisões. E comprovou as denúncias que lhe tinham formulado os partidários da Constituição.

Entra o ano de 1822 e logo em fevereiro sobrevêm alterações no governo civil e no comando militar da Capitania.

Oitenta e três eleitores de paróquias, na forma da lei, reúnem-se na Capital e sufragam os nomes componentes da nova Junta Administrativa. São reeleitos o Tenente-Coronel João de Araújo da Cruz, Dr. Augusto Xavier de Carvalho e Padre Galdino da Costa Villar, os dois primeiros também reconduzidos como Presidente e Secretário, respectivamente, e eleitos os membros restantes, Padre João Marinho Falcão e Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, que teria destacada atuação um ano mais tarde, como deputado paraibano à I Constituinte Brasileira. Na mesma ocasião empossada, a Junta baixa seu primeiro decreto nomeando o Tenente-Coronel Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros para Comandante das Armas da Capitania.

No dia seguinte à renovação dos quadros dirigentes, a 5 de fevereiro, arrebenta na Capital uma sublevação armada de conseqüências imprevisíveis. A ascensão do Coronel Trajano ao supremo comando proporcionara ao Capitão Manuel Maria da Fonseca assumir o cargo de comandante do Batalhão de Linha. Um ato de rotina, ditado pelos critérios militares, naturalmente o de aproveitar-se nas vagas de comando, como justa promoção, os oficiais mais antigos nas fileiras duma corporação, entretanto, converteu-se no estopim da sedição.

Irineu Pinto, de quem nos temos valido tanto, como a fonte de mais seguras informações acerca do passado paraibano, escreve a síntese do motim com seu estilo enxuto e atraente:

"Uma parte do Batalhão de Linha da Capital levanta-se, exigindo a demissão do seu comandante .... Alguns soldados, em tumulto, procuram o Senado da Câmara para os auxiliar, tangendo o sino do mesmo Senado que servia para reunir os seus membros. Sendo disto informado, o Comandante das Armas ordena a prisão de dezesseis deles. Os outros companheiros, solidários, reunidos à grande massa de populares, se dirigem a Palácio, onde se achavam a Junta, e o aludido Comandante das Armas, pedindo-lhes a soltura dos seus camaradas.

Por mais que fossem chamados à ordem, nada atenderam; a Junta, vendo-se sem meio para garantir a sua autoridade, pois o Batalhão de Linha era a única tropa mobilizada, teve que ceder. O Comandante das Armas passou então a reunir o Batalhão amotinado, procurando pela brandura reduzí-lo à subordinação.

Tendo, neste momento, se ajuntado muita populaça, o Batalhão começou a clamar novamente pela demissão do comandante Fonseca, que foi pela mesma razão desautorado do comando, passando a ocupar este cargo o tenente imediato.

Então a soldadesca desenfreada saiu pelas ruas da cidade a cometer os maiores desatinos, dando vivas a diferentes indivíduos, desrespeitando as autoridades e não querendo ouvir ninguém que lhes chamasse à ordem.

Reunidos em Conselho o Ouvidor, a Junta e o Comandante das Armas, deliberam que não se podendo, por falta de força, reduzir à obediência o Batalhão amotinado, se fosse dissimulando o fato, até que melhores circunstâncias permitissem entrar no preciso conhecimento dos cúmplices e no seu castigo legal".

A incidência de desordens alastra-se pelo Interior, geralmente seguidas de saques e assassinatos. A luta era para valer e os contendores bem sabiam disto, à proporção que se iam informando dos acontecimentos desenrolados no Rio de Janeiro. O Príncipe Regente D. Pedro, cada vez mais comprometido com a causa dos brasileiros, tomara posições de inequívoca simpatia à tendência separatista e, desobedecendo frontal e acintosamente a ordens recebidas de Lisboa, decidira-se a ficar no Brasil para o que desse e viesse. À sua declaração do "Fico" esturgiram as aclamações dos patriotas, incentivados pela cumplicidade de D. Leopoldina e pela ação aliciadora de José Bonifácio, de Frei Francisco de Sampaio, José Clemente Pereira, Gonçalves Ledo e muitos outros legionários da Independência, fora ou dentro do *Grande Oriente*

do Brasil, onde mais se cultivava o sentimento nativista, uma das causas ideológicas do movimento libertário.

A Junta Governativa, que se mostrara impotente para conter aquela sedição na Capital, já não pôde levantar sessão permanente aconselhando-se de autoridades civis, militares e eclesiásticas, na procura da fórmula mais viável de conter os motins despontados em diferentes povoações.

Embaraçada, discute as probabilidades de que podia lançar mão a fim de obstacular as sucessivas conspirações. E aprova, por fim, as seguintes proposições: "1.ª — Que depois de tentados os meios de brandura e persuasão que tem procurado o Senhor Presidente, os rebeldes sejam levados a ferro e fogo. 2.ª — Que se deve dar o armamento e munições pedidas, ficando quanto ao terceiro quesito, autorizado o governo a fazer a remessa pela forma mais conveniente. Deliberou-se, também, prender, desde já, as pessoas envolvidas nos tumultos e que a opinião pública aponta como tal e eram: João Alves Sanches Massa, Manuel da Costa Lima, Coronel Mathias da Gama Cabral e Vasconcelos, Domingos José de Carvalho, Padre José Antônio Lima, João Gonçalves, de Pirpirituba, Sargento-Mor Antônio Galdino Alves da Silva, José Pereira Neves, de Guarabira, e Antônio José da Silva, do Brejo de Areia".

A chegada de dois navios de guerra à Paraíba, o transporte *"4 de Abril"* e a corveta *"Voador"*, arribados na Baía da Traição para reabastecimento d'água e descanso da tripulação portuguesa, reanima e insufla os sectários do despotismo. E, também, "aproveitando-se da convulsão em que entrou o povo de Pernambuco pela chegada da tropa de Portugal ...... que eles julgavam desembarcar; passando logo aviso aos seus sócios desta Província, os quais à pressa os transferiram para o Interior, rompeu a disposta facção nas povoações de Guarabira e Cuité, onde praticou atrocidades, que metem em horror a humanidade, matando pais e mães de famílias e até crianças, vítimas inocentes e cuja culpa só era seguir a Constituição, falar em abono dela, trazer o laço da Nação e entoar hinos constitucionais. Saquearam as famílias assassinadas, assim como outras que puderam salvar-se na fuga.

"Engrossando-se os facciosos em número, marcharam à Povoação de Alagoa Grande, que já desamparada de seus habitantes, que haviam fugido, foi completamente saqueada e daí marcharam a atacar a Vila Real do Brejo de Areia, onde enfim no dia 28 do próximo passado fevereiro, encontraram a derrota, a prisão e a morte nas armas do destacamento de Linha que o governo de prevenção havia para ali mandado, e naquelas das briosas ordenanças que denodadamente defenderam seus lares.

"É preciso dizer, que à primeira notícia do insulto, começado em Guarabira, o governo de mão comum com o governador das armas expediu ordens gerais, para marchar sobre os facciosos, tudo quanto era força, de todas as linhas, espalhadas pelo Interior e que à testa delas se colocou por oferecimento espontâneo o Tenente-Coronel Presidente que, conquanto voasse com a ligeireza do raio, não pôde chegar antes do último ataque, chegando horas ou um dia depois dele ...... Ainda bem não estava desfeita esta primeira irrupção, quando rompe outra na Povoação de Mamanguape a vinte e duas léguas da Vila do Brejo de Areia e a doze desta Capital. O comandante desta povoação que é europeu, aferrado ao antigo sistema, o Padre José Antônio Lima, vigário da vila de índios próxima (Baía da Traição) e alguns europeus taberneiros da última ralé e imoralidade, ousaram fazer uma reunião e proclamaram alta e abertamente contra a Constituição e que vinha atacar esta cidade, para desfazer e assassinar o governo e todos os constitucionais, soltar os que por suspeitas estavam presos, e fazer outro governo, em que aqueles presos entrassem, que é todo o seu alvo; porque enfim o despotismo não pode amarrar os seus sectários, sem ter parte no Mando ....

"A este movimento foi preciso pôr em maior segurança e mesmo remover para a Província de Pernambuco, para custódia segura e decente, o Coronel de Cavalaria Miliciana Mathias da Gama Cabral e Vasconcelos e João Alves Sanches Massa, os dois, que tínhamos detido em suas casas debaixo das vistas da Polícia. Foi indispensável esta medida, por serem estes dois homens os poderosos corifeus do partido anti-constitucional, pela sua razão de estarem privados de cabimento e preponderância no governo, que estavam afeitos e de que haviam feito suas fortunas, e para os quais os povos estavam costumados a olhar como árbitros do seu destino, ostentando especialmente o segundo de ter cabras armados a seu mando, como ostentou e ofereceu quando a Província de Pernambuco tomou armas contra o despotismo de seu ex-Governador General, cujo partido nesta Província os déspotas quiseram seguir; e tendo o primeiro além do Regimento do seu comando, uma grande clientela de pessoas a quem à sombra da proteção dos governadores e ouvidores amparava por seu interesse particular; tanto assim, que uma parte das proclamações de Mamanguape tinham por objeto incitar o povo a vir tirá-lo da prisão" (trechos de uma carta subscrita pelo Vice-Presidente Galdino da Costa Villar e demais membros da Junta à "Augusta

Assembléia Legisladora", datada de 12 de março de 1822, na qual aludem aos sucessos verificados na Capital e na Capitania de Paraíba do Norte, inclusive haverem-se refugiado alguns indiciados no transporte "4 de Abril", ainda ancorado na Baía da Traição e cujo comandante, o Capitão-de-Fragata José Gregório Pegado, negou-se a entregá-los ao governo paraibano a despeito de reiteradas solicitações).

Em abril, novos entreveros entre brasileiros e portugueses residentes na *Cidade de Parahyba* reclamam atenção e enérgicas providências das autoridades constituídas. Espalham-se notícias de que se achavam fortificando os reinóis, armazenando munições, armas e mantimentos com a finalidade de desfecharem ataques contra os nativos. O governo manda abrir devassas e apurar denúncias. As investigações não poupam sequer as residências de elementos suspeitos. Entre os denunciantes, dizendo-se ameaçados de morte, figuram nacionais de grande acatamento social. O Padre Antônio da Trindade Antunes Meira, então elevado à dignidade de catedrático de Latim no Curso de Humanidades mantido pelo governo; o causídico Francisco de Assis Pereira Rocha e Jerônimo José Rodrigues Chaves, Tesoureiro Geral da Província, julgavam-se em perigo iminente de perder as vidas e bens particulares.

Não fica aí o panorama político dominante na Cidade de Nossa Senhora das Neves nas proximidades do grande evento da Nacionalidade.

O mês de junho reservaria à Paraíba uma data da maior significação histórica, infelizmente, não sabemos por que motivo, pouco memorada e quase não mencionada pelos historiadores conterrâneos. E se formos aludir aos escritores patrícios que narram e interpretam a História do Brasil, a omissão é tão decepcionante quanto injustificável. A ausência de pesquisa mais aprofundada sepultava um acontecimento de transcendental importância. Mas a paciência beneditina, a dedicação incomparável de Irineu Pinto aos fastos paraibanos, salvou o documento comprobatório de uma primazia da Paraíba na verdadeira história que se queira escrever sobre as lutas pela libertação do Brasil. Salvou-o como o fez a centenas de outros, embora sua obra não tivesse continuidade. Não faz muito, informaram-nos, toneladas e mais toneladas do acervo do Arquivo Público foram despejadas como papel imprestável. A voracidade das traças e carunchos fora suplantada pela ação aniquiladora dos cupins...

Mas, vamos ao nosso assunto, que o documento existe corroborando a veracidade do fato que glorifica a Paraíba.

Aos 11 de junho de 1822, por carência de recursos que

pudessem acobertar a deslocação de um representante paraibano junto à Regência, no Rio de Janeiro, ainda não se tinha eleito a Manuel Clemente Cavalcanti, Procurador Geral da Província, para ter assento no Conselho de Estado criado pelo Príncipe D. Pedro desde fevereiro e que congregaria procuradores de todas as capitanias brasileiras. Face à dificuldade, o governo local solicitara e tivera a anuência de José Bonifácio de Andrada e Silva para representá-lo no Rio. O Patriarca, por mais de uma vez, dirigindo-se a D. Pedro, confessava-se altamente honrado com esta deferência, como mais adiante veremos. Assim, sem remuneração e de muito bom grado, José Bonifácio foi Embaixador da Paraíba.

Naquela data, o 11 de junho memorável, a Paraíba se antecipa às demais Províncias apregoando a separação de Portugal, pois, nela, "conhece-se como legítima e a única que deve ser obedecida a soberania do Príncipe Regente D. Pedro, para todo e qualquer negócio do Brasil".

A resolução é tomada em reunião conjunta dos membros do Senado da Câmara da Capital e da Junta Governativa, com vibrante participação de grande massa popular. Um ofício comunicando ao Príncipe a súmula da "Grande Vereação celebrada na Câmara Municipal" é expedido pela "alta intermediação" do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, a quem se roga encarregar-se da comissão "esperando das brilhantes virtudes e patriotismo de V. Excia. a mais interessada cooperação para com o mesmo Augusto Senhor, a fim de dignar-se de anuir aos votos deste Povo".

José Bonifácio desincumbe-se da delegação a 2 de julho, pronunciando discurso perante Sua Alteza Real e o Conselho de Estado. Da oração, destacamos: "Senhor. Não como Ministro de Estado, mas como Deputado Provincial tenho agora pela segunda vez a honra de encaminhar ao trono de V.A. Real os puros votos de obediência, gratidão e respeito de outra porção do vasto *Império do Brasil* (o grifo é nosso).

O governo da Província da Paraíba do Norte e o povo de sua Capital em cujas tênues forças pecuniárias não cabia enviar uma deputação a esta Corte, como têm feito outras Províncias, honraram-me com a lisonjeira comissão de vir beijar agora em seu nome a Real Mão de *V. Real Majestade* (o grifo também é nosso, Vossa Real Majestade ao invés de Vossa Alteza Real), apresentar-lhe as devidas felicitações pela gloriosa viagem à Província de Minas Gerais e *advogar perante V. A. Real a justa causa da independência política*, integridade e centralização do Reino do Brasil .... Muito lisonjeira, torno a dizer, foi para mim essa comissão; e muito folguei

quando recebi o ofício daquele governo de 15 de junho do corrente ano, que já tive a honra de apresentar a V. A. Real, porque em tempos tais como os nossos, em que as paixões desenfreadas, as intrigas secretas, o falso patriotismo e a ambição solapada de dominar em uns, o desavergonhamento manifesto de outros, e o vil interesse mascarado de muitos tentam à porfia disseminar suspeitas e denegrir inteiramente o Ministério de V. A. Real se digna dar mais algumas mostras da sua particular benignidade, de certo a escolha que de mim fez o governo e o povo da Paraíba, não pode deixar de penhorar a sensibilidade do homem, ainda o mais estóico ou indiferente. Esse generoso Povo, por mim seu legítimo delegado, unanimemente deposita nas mãos de V. A. Real a autoridade de o governar e deferir as suas pretensões sem ser obrigado a recorrer ao Velho Mundo, através de milhares de léguas do Oceano; ele quer ter a representação política que deve ter um povo livre e constituído e gozar de todos os privilégios e regalias que lhe devem ser inerentes .... ele, por isto mesmo, quer ter dentro do vasto e rico continente do Brasil um centro de poder e união, donde dimanam as graças e a justiça, sem as ir mendigar a estranhos e arredados climas .... Digne-se pois, V. A. Real tomar debaixo da égide da sua particular proteção e sabedoria a este bom e leal povo da Paraíba do Norte que tão sincera e filiarmente se entrega todo aos paternais braços de V. A. Real ao mesmo tempo que em outras Províncias, ainda desgraçadas, de cujas luzes e civilização deveríamos esperar maior patriotismo, e mais decidida união e fraternidade, ainda reina o espírito infernal da discórdia e do maquiavelismo, pretendendo um partido renovar a anarquia e outro servir a Deus e a Beliar, ao mesmo tempo, ou para dizer claramente o que entendo, sacrificar tudo somente às suas paixões desregradas e aos interesses particulares..."

Lembramos, em capítulo antecedente, quão dificultosas eram as comunicações àquele tempo. Principalmente o intercâmbio de notícias entre as províncias nortistas e o sul do País. Assim, não chegara ao conhecimento dos paraibanos haver o Príncipe D. Pedro assinado os decretos de maio e junho pelos quais determinava o não reconhecimento no Brasil de atos emanados de Lisboa e convocava a Constituinte. A ignorância destes fatos, que equivaliam a rompimento do Brasil com as Cortes, põe em maior relevo a declaração emancipacionista dos paraibanos, por não ter sido ditada por conveniência ou mera solidariedade ao Príncipe. Percebeu-a José

Bonifácio e sugeriu a D. Pedro dar aviso imediato de suas últimas resoluções ao governo e povo da Paraíba.

Sabendo ser inevitável a proclamação da independência e não desejando servir-lhe de impecilho na Província que governava e onde vivera muitos anos cercado de respeito e afeto, o Tenente-Coronel João de Araújo da Costa apresenta sua renúncia e suas despedidas aos companheiros de Junta Governativa, a 18 de julho. Assume a presidência o seu substituto legal, Padre Galdino da Costa Villar. Perfilando as qualidades de cidadão e homem público, daquele paraibano honorário, coligimos interessante elucidação: "Este brioso oficial assinalados serviços prestou à Paraíba e à causa liberal. Não querendo todavia quebrar o juramento de servir a S. Majestade El-Rei D. João VI, dando parte de doente, apressa-se em seguir para a Europa. Achamos este procedimento digno de um verdadeiro homem de caráter, não procurando, mesmo na qualidade de lusitano, ir de encontro à liberdade do povo deste País, que tanto servira, e que nesta ocasião, por uma especial ordem de cousas, ele previa marchar para a sua independência".

Candentes manifestos são feitos distribuir com os habitantes da Capital e da Província, redigidos e firmados pela Junta, ao passo que vai sendo notificada por José Bonifácio das atitudes másculas e decretos separatistas de D. Pedro. Numa dessas flamejantes proclamações, divulgando em fins de agosto o decreto que considerava inimiga do Brasil a tropa de Portugal ou qualquer outra a soldo das Cortes de Lisboa, há exclamações emocionantes, frases de efeito habilmente trabalhadas no sentido de levar o povo às ruas nas passeatas e exaltações patrióticas — "Eis o momento de nossa felicidade! Dias venturosos nascem para o Brasil! É o Filho Emancipado; e não é já a Colônia, o Pupilo, o Escravo de Portugal!"

Mais adiante, com a maliciosa habilidade de quem se vê na contingência de conciliar as cousas por não ter o que se intenta como fato consumado: "Ouvi as vozes do Sereníssimo Senhor D. Pedro d'Alcântara o nosso Príncipe Regente, o Defensor Perpétuo do Brasil, no seu manifesto de 1.º do corrente. A Verdade, a Razão e a Justiça pendem da sua régia boca e à Justiça, à Razão e à Verdade ninguém resiste. Briosa Força Militar, Povos da Província! Respeitai o Real Decreto da mesma data, a Ordem que cumpre seguir. Valor e honra foram sempre a divisa dos bons Paraibanos. Esta nos obriga a respeitar os direitos sagrados que requerem imperiosamente a nossa união com Portugal. Aqueles nos obriga a repelir com

a valentia o injusto invasor que quiser atacar nossa Liberdade" ....

E antes de "Viva o Defensor Perpétuo do Brasil", a sentença reveladora do sentimentalismo brasílico, não excedido por nenhum povo latino, a compaixão e a fraternidade inigualáveis dos brasileiros: *"Entanto que os mesmos cordialmente, o bom e pacífico português europeu, de quem descendemos, entanto que o apertamos em nosso seio e o afagamos,* seremos inexoráveis contra o que de mão armada quiser tocar nossas praias, para lançar-nos ferros. Somos francos, somos leais, somos amigos; mas ofendidos e tão gravemente ofendidos, somos justos defensores dos nossos mais sagrados direitos. Povos da Paraíba! Vivam a um tempo a Nossa Independência e a nossa bem entendida união com Portugal". Só depois da ressalva fraternal, o juramento de cumprir o dever inalienável.

Aí tem a Comunidade Luso-Brasileira uma razão bem substanciosa de como pôde ela sobreviver após o Grito do Ipiranga, e até crescer e fortalecer-se unindo irmãos em continentes diversos.

* * *

O gesto do insigne Presidente de Portugal, Sua Excelência o Almirante Américo Thomaz, conduzindo pessoalmente de volta ao Brasil D. Pedro I, no Sesquicentenário da Independência, e assim a Nação Portuguesa atendendo ao apelo dos brasileiros na voz de Sua Excelência o Presidente Emílio Garrastazu Médici, sintetizou, noutro momento histórico, os laços dessa indissolúvel fraternidade. E a manifestação de carinho e respeito tributada à memória de Pedro I do Brasil (Pedro IV de Portugal), nos dias de sua estada na Paraíba, vindo de peregrinação cívica por todas as Unidades da Federação, exprimiu a retribuição dos paraibanos aos protestos de simpatia e melhor conceito em que os tinha o romântico, o fogoso, o fascinante, o perdoável de tantas maluquices juvenis, o brasileiríssimo Pedro.

Os despojos sagrados do grande artífice da Nacionalidade, receberam-nos as mais altas autoridades civis, militares e eclesiásticas da *Província e Cidade de Parahyba do Norte,* que tanto apoio e incentivos deram, resolutas e espontâneas, ao Proclamador da Independência.

Espetáculo de certo modo triste, porque o Imperador vinha morto. Todavia, uma chegada triunfal, como se vivo fosse. Majestosa, magnificente, digna dele, de seus títulos, de

Príncipe altivo, voluntarioso, arrebatado. E comovente, como muitas de suas atitudes profundamente humanas. Desde o desembarque no Aeroporto Castro Pinto até a cerimônia no Adro dos Franciscanos.

Era de ver, avenidas e praças literalmente cheias.

Interessante, chovia muito e a multidão postada nas ruas, sem arredar pé. Pena não ter sido uma manhã de sol, melhor refletindo os esplendores do Defensor Perpétuo. Nem por isto deixou de ser brilhante a visita póstuma, tão esperada em vida.

A carreta passando e os aplausos se repetindo. Saudações ao Núncio do Ipiranga, ao benfeitor.

Alguém, certamente alma de reinol reincarnada, lembrou a Confederação do Equador...

A provocação suscitou um diálogo súbito quanto rápido:

— A Confederação intentava dividir o Brasil em republiquetas e a Paraíba insurgia-se contra a ação impatriótica. O movimento passou de raspão por aqui. Nenhum paraibano tombou por ordem do grande amigo. Nem o chefe Félix Antônio, assassinado à traição quando vinha chegando o perdão imperial. Magoados ficaram o Rio Grande do Norte e Ceará, por causa de Frei Caneca e Padre Mororó. Sobretudo Pernambuco, que perdeu gente e uma porção do São Francisco. O caso é lá...

— E Nicolau Martins Pereira? — insistiu o intrometido com ironia.

— Era um bom soldado, esse paraibano. Depois de esbanjar bravura na Bahia deixou-se ficar em Pernambuco. Meteu-se na insurreição longe da terra natal e contra o que ela defendia. Preferiu ser proditor a filho pródigo. Não foi pela Paraíba que o mataram. Pagou pelo crime de traição ao Imperador. E Pedro e a Paraíba queriam a unidade nacional.

Não se deu atenção à futrica. E o sujeito intrigante, desbancado, não teve outro jeito senão aplaudir também...

O cortejo seguindo e o povo vendo. Nem viu a banda passar. Só tinha olhos para o esquife venerável. E palmas nas mãos para saudar o Libertador.

Momentos inesquecíveis, aqueles!

As bandas militares e a "5 de Agosto", a bem adestrada charanga da Municipalidade, revezando-se na execução do Hino Nacional e do Hino Português. Tocaram o Hino da Independência no exato instante da entrada de Sua Majestade no secular parque barroco. O hino composto por Pedro, bem não voltara da viagem histórica, em meio de aclamações e festas patrióticas. O hino de sua inspiração, do próprio regozijo, o

artista imortalizando na música o brado imortal do redentor. Assim como um criador recriando a obra-prima!

Cento e cinqüenta anos depois, para recepcioná-lo na capital da Província que ele exaltou pela fidelidade e dedicação à causa brasileira, e que lhe deu um sucessor na condução dos destinos pátrios, o inolvidável Epitácio Pessoa, lá estava, à frente, o Capitão-Mor Ernâni Satyro.

O Governador respondeu à altura a eloqüência baiana do Prof. Menandro Menahim, ao lhe ser entregue, em nome do governo e povo da Boa Terra, a urna funerária do Libertador.

E ali estavam, também reverentes, o Vice-Governador Clóvis Bezerra e Secretários de Estado; o comandante-em-chefe da Guarnição Federal, General Délio Barbosa Leite, e comandantes e oficiais superiores das corporações militares sediadas em João Pessoa; o presidente Jonas Leite Chaves e deputados à Assembléia Legislativa; o chefe do Poder Judiciário, Dr. Manuel Taigi Filho e desembargadores, juízes e conselheiros dos Tribunais do Estado; o reitor da Universidade Federal da Paraíba, Prof. Humberto Nóbrega, diretores de Faculdades e Institutos e professores universitários; o Prefeito Dorgival Terceiro Neto, Secretários da Edilidade, o reitor da Universidade Autônoma de João Pessoa, Prof. Manuel Batista de Medeiros, o presidente da Câmara Municipal, Prof. Carlos Mangueira e Vereadores; o Arcebispo Metropolitano, D. José Maria Pires, o presidente da Comissão Estadual do Sesquicentenário, Prof. José Carlos Dias de Freitas, além de representações da Comissão Nacional e da Comissão Baiana do Sesquicentenário, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica, da Academia Paraibana de Letras, de todas as instituições legais e entidades classistas, enfim, "a nobreza, tropa, clero e povo reunidos".

Em vida, Pedro I deu renovadas provas de particular afeição pelos paraibanos. Não apenas em confidências a José Bonifácio, esmerado no desempenho da embaixada. Transmitiu-as de público, por palavras e ações, enaltecendo a Paraíba. Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, filho do Pilar, viu-se entre os conterrâneos de sua estima alvo de invejável distinção. Eleito procurador da Paraíba no Conselho de Estado, em substituição ao Patriarca, embarcou para o Rio de Janeiro a 8 de setembro, sem que as propagações do Grito do Ipiranga tivessem alcançado o exterior de São Paulo. Escolheu, de própria vontade, o jovem comandante de Itabaiana na Revolução de 1817, impetuoso como ele, para conduzir-lhe

a espada, as luvas e o bastão imperiais na solenidade de coroação como primeiro monarca brasileiro.

A um deputado designado para representar a Paraíba na I Constituinte Nacional, se não nos trai a memória, outro dirigente do Exército de Patriotas, arregimentado no Taipu, Pilar e Itabaiana para ajudar na Capital a instalação do governo republicano, naquele ano, a José da Cruz Gouveia, em tom jocoso porém de íntimo afeto e reconhecimento, cumprimentou louvando a participação da Paraíba nas lutas pela Independência. Na ocasião, chegou a comparar a bravura da pequenina Província com o indiferentismo ou fraqueza de outras socialmente mais desenvolvidas e economicamente mais fortes. E dissimulou o ato de rebeldia de um intransigente republicano, também indicado à Assembléia Constituinte de 1823. Fez que não via quando o altivo pernambucano paraibanizado, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha (não confundir com o fundador do Asilo de Mendicidade, parente de nome igual), negou-se a beijar-lhe a mão quebrando o cerimonial de apresentação dos primeiros membros do Parlamento Nacional.

* * *

Pelos motivos já explicados, a notícia da proclamação da Independência, difundida de São Paulo e Rio para todo Brasil, ainda não atingira a Paraíba no dia 26 de setembro de 1822, data de uma reunião conjunta da liderança civil e do comando militar. Em Grande Vereação, o Senado da Câmara da Capital, a Junta Governativa e o Comandante das Armas concordaram em não tomar conhecimento do decreto de 11 de julho, das Cortes Portuguesas. O instrumento legal mandava se procedesse a novas eleições provinciais para escolha de deputados à II Legislatura. Os locais foram taxativos e coerentes: não tomavam em consideração o decreto face a adesão da Paraíba à causa do Brasil, expressa ao Príncipe Regente pelo histórico documento de 11 de junho, com traslado remetido ao Rei de Portugal.

É de notar a coragem e lealdade ao tomarem essas decisões, acordando sem discrepâncias em levá-las à informação de D. João VI. Faziam-no, sobremaneira, por questão de honra pessoal, por terem de público assumido o compromisso de defender o Rei, no juramento de praxe extensivo à Religião Católica e à Constituição.

Mesmo na representação definitiva, pela qual oficializaram o desligamento da Província dos derradeiros vínculos que

a subordinavam a Lisboa, sobressaem cautelas éticas e morais. Muito a propósito, não são diferentes as palavras iniciais: "Importa muito à Junta Provisória do Governo da Paraíba do Norte que Sua Majestade Constitucional El-Rei o Senhor D. João VI seja miúda e respeitosamente informado do estado político desta Província"... E a justificar todas as decisões intrépidas, as posições destemidas em que se colocaram as autoridades paraibanas, "a causa do Brasil", como motivo superior; como reforço, "o voto geral e livre de todo o povo da Província", que tinham de acatar, "de seguir a sua deliberação, porque não convinha, nem mesmo poderíamos ir em contrário"; as discriminações e arbitrariedades das Cortes de Portugal sobre que recaíam todas as mágoas e "desconfianças de recolonização, de virem tropas lançar-lhes os antigos ferros"; e com a finura política já por nós apontada como lisonja intencional, a escusa confrangida de quem vai optar entre pai e filho: "Digne-se, pois, V. Excia. levar todos estes ponderosos objetos à contemplação e conhecimento de S. Majestade com a firme protestação da nossa obediência e amor à S. Real Pessoa e à *Sua Régia Descendência que reina e reinará sobre nós;* acolhendo benignamente os nossos votos de consideração e respeito pela sua Pessoa"...

Ora, nem precisavam de oferecer essas cousas tão delicadas — D. João VI não era nenhum bobo. Não fora a exigência do tratamento formal, respeitoso, em todos os tempos adotado nesse tipo de correspondência, bastava-lhes dizer: estamos fazendo a vossa vontade, colocando em Pedro a coroa, antes que algum aventureiro lance mão dela...

Três dias antes, a 23 de setembro, deliberou-se mandar da *Cidade de Parahyba* emissários a Pernambuco com o fim de influir junto aos "Homens Bons" da província limítrofe para o restabelecimento da ordem pública, perturbada nos últimos dias com desassossego às povoações vizinhas. Tinham deposto a Junta do Governo de Pernambuco. A comissão encarregada de estabelecer aqueles contactos — Padre Amaro de Barros de Oliveira Lima, com experiência nessas missões; o Comandante das Armas, Francisco de Albuquerque Melo, que substituíra no posto a Trajano Antônio Gonçalves de Medeiros; o Capitão José Maria de Melo e alguns Vereadores assessorados pelo escrivão da Câmara, José Lucas de Souza Rangel — foi orientada no sentido de parlamentar com "as autoridades quaisquer que ora sejam os depositários da pública administração e Governo da Província de Pernambuco" e com elas esgotarem todos os meios viáveis para "satisfazer em todos e cada um dos expressados objetos". Porém, não satis-

feitos estes objetivos, o de unificar o povo pernambucano, restabelecer a ordem social comprometida pela sedição militar que desapoderara Gervásio Pires Ferreira e sua Junta da posse do governo, e defender os postulados constitucionalistas, não poderiam ficar os da Paraíba indiferentes. Oferecessem, para isso, "*quaisquer sacrifícios que possam estar ao alcance desta província (Paraíba)* aos quais todos ela se prestará de bom grado".

Fica bem clara a disposição dos paraibanos em propugnar pela causa nacional, fossem quais fossem os sacrifícios ou conseqüências. Não foi a primeira vez que a Paraíba se viu compelida a intervir nos negócios políticos de Pernambuco com finalidade idêntica, nem seria a última em relação a outros centros nordestinos, como veremos adiante.

Entrementes, não tendo voltado do Recife a delegação encabeçada por Padre Amaro, a 29 de setembro, as autoridades governamentais, as patentes mais graduadas da guarnição d'armas, os integrantes do Senado da Câmara, com assistência de numerosos populares, tornam em reunir-se em Grande Conselho.

Deliberam o seguinte: a) convocar os eleitores paroquiais para sufragarem os titulares de uma "nova Junta Governativa, pois a atual está desfalcada de um membro e dois outros teriam de deixá-la por haverem sido eleitos deputados às Cortes"; b) realizar, no mesmo dia, a escolha dos representantes paraibanos à *Assembléia Constituinte, no Rio de Janeiro.*

É evidente, como aflora do segundo item da ordem convocatória, que o Grito do Ipiranga ecoara na Paraíba. Não tivessem os paraibanos ciência da resolução transcendental do Príncipe Regente, pronunciando a frase separatista — *Independência ou Morte!* —, por que incluir na pauta daqueles trabalhos extraordinários "as eleições para Deputados à Assembléia Constituinte no Rio de Janeiro, saindo eleitos Augusto Xavier de Carvalho, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, Padre José Ferreira Nobre, José da Cruz Gouveia e Padre Virgínio Rodrigues Campelo"? E qual a boa justificação à pressa com que substituíram o Padre Virgínio, com notáveis serviços prestados ao movimento autonomista, pelo Padre Joaquim Inácio de Sant'Ana Cardoso? Simplesmente por se achar o líder campinense em Lisboa, ainda no exercício de deputação às Cortes Portuguesas, ou por que não tinham tempo a perder, acudindo sem adiamento a chamado do Rio de Janeiro?

Está bem claro que a boa nova espalhou-se na Paraíba entre os dias 27 e 28 de setembro, e não em começos de outu-

bro, como fazem acreditar alguns cronistas ou escrevinhadores da História da Paraíba.

Autorizando a nossa assertiva, com sua imensa competência e direito de se fazer obedecer, escreve Irineu Pinto em nota datada de 5 de outubro: "Portaria Imperial mandando considerar o Regimento de Milícias de Pardos (*os famosos Henriques*), como 2.º Batalhão de Milicianos". É prova insofismável do que afirmamos. Explicitamente, no dia 5 de outubro o governo da Paraíba recebia para cumprimento uma *portaria imperial*. Outro detalhe atestatório: a Câmara da Capital reuniu-se a 26 de setembro a fim de discutir matéria procedente das Cortes de Portugal; na sessão subseqüente, no dia 29, deliberava sobre indicações formuladas pelo novo poder — eleição de deputados à Assembléia Constituinte, no Rio de Janeiro. O próprio governo confessa-se preocupado, em carta dirigida a 8 de outubro ao Ministro de Estado dos Negócios do Reino de Portugal, comunicando a desvinculação da Paraíba, em não publicar notícias separatistas receando provocar clima de agitação ou tumultos na Capital e no Interior. Diz textualmente: "Disto mesmo que não pode ser absolutamente oculto ao povo, entrou ele em murmurações que chegavam ao governo, que as disfarçava, pondo todo em seu cuidado e política em entretê-lo para que não viesse a excessos perigosos". E a prova concludente de que desta feita uma notícia do Sul chegara célere ao Nordeste, dela já se sabia em fins de setembro e tinha sido guardada como segredo de Estado, pelo menos durante os três dias decorrentes entre as duas sessões mencionadas, do Senado da Câmara, temo-la na introdução dada pelo grande pesquisador e historiógrafo ao transcrever o longo e até então inédito manuscrito:

"8 de Outubro — *Por ofício* desta data julga-se esta Província desligada aos laços que a prendiam a Portugal — em vista da Proclamação da Independência Nacional a 7 de Setembro passado"... Destacamos as palavras "por ofício" lembrando que só por dever de cargo, por obrigação, e só a 8 de outubro é que resolveram os do governo, quando nada mais podiam esconder ao povo, comunicar *oficialmente* aquela deliberação às Cortes de Lisboa. Só e só.

O relatório é avantajado demais, impedindo-nos de reproduzi-lo aqui. Contém revelações interessantes, sumariando quase todos os acontecimentos de 1822, na Paraíba. No contexto há franquezas como esta: "Em toda extensão e marcha deste negócio, não há, nem houve, jamais impulso do Governo. O povo foi o que obrou, foi o que muito livre e espontaneamente depois de emitir nas Câmaras a sua vontade, correu às eleições que as Câmaras determinaram em obediência às ordens positivas que receberam diretamente de Sua Alteza Real. O Governo não deu passos senão para saber da vontade geral do povo, e contra ele, contra a torrente da opinião pública, certo, não devia, nem podia ir".

Por outro lado, salienta o gesto do Padre Cláudio Alves da Costa e seus seguidores na "Cidade Sorriso" — Antônio do Nascimento Sá e Luiz José da Cunha, na vanguarda — rebelando-se contra o juramento constitucional e realização de eleições paroquiais, em meados de 21. Esclarecendo a posição dos insurgentes sertanejos: "... sendo muito a notar que a Vila Nova de Souza, sita nos confins da Província, que não quis mandar, nem eleger eleitores de Paróquia para a eleição de Deputados para as Cortes de Portugal, agora os elegeu e mandou apressadamente para as do Brasil". Não há outra interpretação: o que os sousenses queriam coincidia com o desejo veemente, inarredável, do povo da Capital — livrar-se sem contemporizações e maiores delongas dos algozes impenitentes.

Antes de darmos seguimento cronológico às ocorrências que se verificaram na *Cidade de Parahyba*, proporcionemos aos leitores uma curiosidade histórica — a nomeação das principais autoridades civis, militares e eclesiásticas da Província no ensejo de nossa separação política de Portugal, ou seja, até a expedição do manifesto de 8 de outubro, tendo em vista as modificações em fins de novembro motivadas por eleições, remanejamento nos cargos públicos e comissões na força armada.

Digamos logo, porém, que a administração ou, como se dizia, "o bem estar da sociedade, a comodidade e a salvação do povo" cabiam à Junta Governativa. O Senado da Câmara colaborava com o Governo. Não tinha função legisferante mas fiscalizadora e era normalmente consultado em se tratando de iniciativas de interesse das comunidades que representava. Os de maior importância funcionavam na Capital, Mamanguape, Pilar, São Miguel do Taipu, Vila Nova da Rainha (Campina Grande), Conde e Vila Nova de Sousa. A vida política lhes estava afeta. Quando necessário decidir-se em termos gerais, vinham à Capital os representantes dessas edilidades ou eleitores paroquiais. Chamavam Grande Vereação a uma reunião em tais circunstâncias. O Conselho Geral da Província, precursor da Assembléia Legislativa do Estado, somente funcionaria a partir da reconstitucionalização de 1826.

A Junta Governativa, no dia da Proclamação da Independência, compunha-se dos seguintes cidadãos: Presidente, Padre Galdino da Costa Villar; Secretário, Dr. Augusto Xa-

vier de Carvalho; Membros: Padre João Marinho Falcão, vigário da Vila de São Miguel do Taipu, e Joaquim Manuel Carneiro da Cunha (estava desfalcada de um).

No comando militar da Província achava-se o Coronel Francisco de Albuquerque Melo. Sob as ordens do Comandante ou Governador das Armas, aquartelados em conventos da Capital, um Batalhão de Linha (regular) e três Batalhões Milicianos (auxiliares). Poder irresistível o do Governador das Armas, como se entende de lastimosa dissertação da Junta Provisória, talvez encobrindo sua cumplicidade na derrocada dos lusitanos: "Não podia o governo ir contra a opinião geral do povo e obrar diferentemente dela, porque o governo está inerme; a Força Armada está sujeita a uma autoridade independente dele, e a falar em todo o rigor da verdade, ele não tem súditos a quem mandar, porque todo o povo é tropa de 1.ª, 2.ª e 3.ª linha e todos estão sujeitos ao governo das Armas".

Contavam-se muitos oficiais de graduação superior, inclusive no coronelato. Seria enfadonha a citação nominal. Poucos os de carreira, enquadrados na tropa paga, quer dizer, efetiva, regular. A grande maioria enfileirava-se na reserva e suas patentes eram, por conseguinte, honoríficas. O mesmo sistema adotado, posteriormente, pela famosa Guarda Nacional. Assim, quando se deu um impedimento do Coronel Francisco de Albuquerque Melo, por doença, substituiu-o no comando o Sargento-Mor Antônio Vicente Monteiro da Franca. Provavelmente, na hierarquia militar ocupava o posto imediato.

Este Monteiro da Franca, ascendente do ex-Prefeito Damásio Franca, do atual Administrador Geral dos Mercados Públicos da Municipalidade, João Franca Filho, e do pesquisador Franca Neto, foi proprietário de um grande sítio, ou melhor, de quase toda a área onde surgiria o bairro de Mandacaru. Comandou um destacamento militar saído desta Capital a fim de auxiliar os nacionais do Ceará e Piauí contra a resistência portuguesa organizada por João da Cunha Fidié, que convulsionava o interior daquelas províncias no primeiro semestre de 1823.

Chegou a vez da Câmara Municipal de João Pessoa — queríamos dizer, Senado da Câmara da Capital, pois dele falamos reavivando o 23 de setembro de 1821. Presidia-o outra personagem da família Franca — João Pinto Monteiro da Franca. Os vereadores Francisco José Rodrigues Chaves, José Luiz Nogueira de Morais e Manuel Valeriano de Sá Leitão completavam o Plenário da Casa, que tinha no escrivão José Lucas de Souza Rangel seu burocrata mais categorizado ou único, não sabemos.

Há alusões a funcionários desempenhando funções importantes no serviço público e simplesmente a cargos de relevo sem indicações, no entanto, das pessoas que os ocupavam. Falam em Ministros e num Tribunal de Fazenda. Os Ministros presentes entre as personalidades confraternizando nos festejos da Independência talvez fossem os altos funcionários da Magistratura e do primitivo Ministério Público — o Ouvidor, o Corregedor, o Tabelião de Nota, o Juiz da Alfândega e mesmo os vogais daquela corte fazendária. Bem vale uma pesquisa para averiguar se aquele Tribunal de Fazenda era nome comum à Junta da Fazenda Nacional, que funcionava na Capital, ou se dela fazia parte como órgão decisório de pendências fiscais. Vale, sim, porque se era de alçada estadual e destinado a fiscalizar o bom emprego dos dinheiros públicos, nele se terá a célula-mater do moderno Tribunal de Contas do Estado. Fica, de passagem, a sugestão...

Podemos enunciar a figura proeminente da Magistratura paraibana há 150 anos: o Ouvidor Geral Francisco de Souza Paraíso.

O bacharel Francisco de Assis Pereira Rocha era o Procurador da Fazenda Pública e Jerônimo José Rodrigues Chaves o Tesoureiro Geral da Província.

O Padre Antônio da Trindade Antunes Meira, além de orador sacro, sempre convidado a proferir sermões nas solenidades cívico-religiosas, era advogado e professor. Constituía-se na expressão máxima do Magistério da *Cidade de Parahyba*, com suas aulas de Gramática Latina. No ano seguinte, em fevereiro e março respectivamente, seria eleito membro da Junta Governativa e Provedor da Santa Casa de Misericórdia.

Não obstante os títulos do Padre Meira e o prestígio religioso, social e político de outros sacerdotes, a primazia no corpo eclesiástico da Paraíba cabia ao Padre Albano Monteiro de Sá Albuquerque, por ser o Vigário da Capital. Exerceu o vicariato principal durante muitos anos, com ascendência e merecido respeito do Clero secular e regular. Mantinha como coadjuvante o Padre José Rodrigues Chaves.

O prior da Igreja de Santo Antônio e Convento de São Francisco chamava-se Frei Custódio Monteiro, o do Convento e Igreja de São Bento Frei Gaudêncio de Jesus Maria Baião, sendo Comissário Geral do Convento dos Carmelitas e templos anexos o Frade Caetano de Santa Engracia Muniz. O historiador dos *Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba*, Cônego Florentino Barbosa, aparece com excelente achega: "A igreja do Carmo formava com a capela da Ordem Terceira, casa de oração e antigo convento carmelitano, hoje transfor-

mado em Palácio Episcopal, um só bloco arquitetônico. Do antigo convento nada mais resta senão uma arcada que dá entrada para a igreja, arcada essa que D. Adauto conservou a pedido do Presidente Afonso Pena, quando por aqui passou. A capela da Ordem Terceira ainda está intacta para testemunhar o belo padrão da arte colonial".

Voltemos, agora, aos eventos do venturoso 1822.

Uma grata notícia toma de assalto a capital paraibana, invadindo os lares e deixando a população em pé de festa. Melhor dizer, os nossos antepassados entregaram-se de corpo e alma a uma dessas prévias carnavalescas que hoje improvisamos quando o Brasil arranca no Exterior ou de estrangeiros um título mundial. Confraternização, festa coletiva sem fronteiras nem preconceitos que somente nós, os brasileiros, sabemos realizar.

Foi no dia 27 de novembro e de boca em boca transmitiu-se a boa nova — o Príncipe D. Pedro fora aclamado I Imperador do Brasil.

Um cronista da época flagrou o contentamento geral: "pelas ruas da mesma cidade viam-se em todas as classes de cidadãos os mais exaltados sentimentos de prazer e alegria e pela noite deste dia foram quase todas as casas espontaneamente iluminadas".

Desta vez a queima de cera e de óleo de carrapato sem poupança, velas ardendo em castiçais de ricos e as lanternas dos pobres e os vinte lampiões de rua acesos a noite inteira, foi justíssima. Ninguém censurou ninguém, muito menos ao governo, como de certa feita...

Sensibilizados com a calorosa manifestação popular, a Junta do Governo e o Senado da Câmara marcaram para o dia seguinte uma sessão especial para se oficializar a aclamação de D. Pedro. À leitura da ata da Câmara da Corte do Rio de Janeiro, fazendo constar a decisão histórica, ressoaram no salão vivas ao Imperador e palmas e brados de frenética ovação.

O entusiasmo popular, extravasante e inusitado, inspirou nova providência dos vereadores, com anuência dos homens do governo, do comandante das Armas e seus oficiais, dos ministros católicos e dos altos funcionários presentes à solenidade da Aclamação. Se a cidade ainda não tinha podido festejar, como devia, a autonomia brasileira, e a aclamação de Pedro de Alcântara como Imperador do Brasil era a confirmação da Independência, que se fizesse uma só comemoração. Mas uma festa que ficasse na memória dos filhos de Nossa Senhora das Neves. Uma festa que durasse pelo menos oito

dias... Desnecessário dizer que o projeto de resolução viu-se aprovado por unanimidade. Nem precisava de justificativa.

Enquanto as autoridades e a comissão encarregada dos festejos iniciavam os preparativos, preocupados em transformar a semana de 16 a 24 de dezembro numa apoteose, um incidente dividindo os quadros governistas tem lugar na Igreja Matriz, onde realizavam-se as eleições na Capital. No pleito complementar de 30 de novembro, de que saíram eleitos Estêvão José Carneiro da Cunha (Presidente), Padre João Barbosa Cordeiro (Secretário) e Manuel Carneiro da Cunha, os membros remanescentes da Junta Provisória, Padre Galdino da Costa Villar e Padre João Marinho Falcão, não conformados com o resultado, sob alegação de que o *veredictum* não refletia a vontade popular, retiram-se informando que iam encaminhar pedido de demissão à Sua Alteza Real.

O episódio desagradável não impediu que os eleitos tomassem posse na ocasião e passassem a dirigir o governo. Novamente desfalcada, a Junta Provisória preencheria os lugares vagos na eleição de 3 de fevereiro próximo, convocada para regularizar sua composição.

Foi a Junta presidida pelo Tenente-Coronel Estêvão Carneiro da Cunha que determinou, a 4 de dezembro, o deslocamento de uma expedição paraibana para ajudar a Província da Bahia na expulsão das tropas portuguesas do General Madeira. Os baianos que lutavam pela independência nacional teriam solicitado quatrocentos homens armados. Apesar das dificuldades, de soldados e munições, o governo da Paraíba conseguiu arregimentar duzentos infantes e mandá-los em socorro do povo irmão. O comando da força expedicionária foi confiado ao Capitão de Artilharia Teodoro de Macedo Sodré. Combateu sob as ordens do General Labatut e do Coronel Lima e Silva (Visconde de Magé), na fase final da campanha.

No ínterim, motivando ainda mais as combinações para que o programa de festividades em louvor da Proclamação da Independência e da Aclamação de D. Pedro excedesse à expectativa dos citadinos, tomava-se conhecimento, na Capital, do regozijo das povoações do Interior. De vila em vila, ao passarem os mensageiros pedindo alvíssaras, seus habitantes "recebiam estas mesmas notícias com as festas da pragmática e iluminárias".

Até que enfim chegara o primeiro dos oito dias tão ansiosamente esperados pela população da *Cidade de Parahyba*. Todo mundo feliz da vida, numa troca de sorrisos e abraços, roupas novas e coloridas enfeitando as ruas. Quem não tinha uma fatiota em folha mandou fazer. A charanga de

Manuel Quaresma atraindo o povo para os locais das concentrações e das solenidades. Onde queimavam as luminárias e os fogos de artifício. Os sinos de todas as igrejas badalando em repiques de festival. A cidade inteira entontecida pelo ineditismo das comemorações. Risos às soltas e emoções até as lágrimas. Um delírio coletivo, como nos carnavais de vitórias em nossos dias...

Mas, quem escreve história não tem direito a divagações...

Melhor que recontar, que compilar e oferecer versão moderna, dizendo com outras palavras o que se disse com sentimento e veracidade há cento e cinqüenta anos, é a reportagem contemporânea do grande acontecimento. Aqui temos a cópia autêntica do documento original. Do pergaminho em que se contou como os nossos bravos conterrâneos tiveram um Natal diferente naquele 24 de dezembro de 1822. E como deram graças a Deus e a Nossa Senhora das Neves por sermos um povo livre. É a carta do Presidente da Junta do Governo da Província da Paraíba do Norte, Ten. Cel. Estêvão J. Carneiro da Cunha, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império do Brasil, datada desta "muy leal y amada" Cidade, "recanto sublime do Brasil" e Capital da Paraíba, 3 de janeiro de 1823.

Eis o texto, tal e qual o recebeu José Bonifácio de Andrada e Silva:

"Ilmo. Exmo. Senhor:

Em data de 6 do mês passado tivemos a honra de participar a V. Excia. quanto nos foi agradável a notícia da felicíssima aclamação de S. Majestade Imperial e que os mesmos sentimentos de prazer e alegria se haviam manifestado por todas as classes de cidadãos, ainda nos lugares e vilas mais remotos. Nessa mesma ocasião fizemos ver que estamos cuidando nos preparativos para do melhor modo que pudéssemos fazer os nossos festejos.

Difícil nos é descrever inteiramente uma função tão esplêndida e majestosa e suposto que nos falte expressões, todavia, V. Excia. pela nossa simples narração pode muito bem ajuizar do aplauso geral e que tudo quanto se fez foi em extremo sincero e correspondente não aos nossos desejos, mas à nossa situação.

No dia 16 de dezembro p.p. por ser o aniversário em que o Brasil foi elevado à categoria de Reino, que hoje é Império, concorreram no Palácio das sessões da Junta do Governo todas as classes de cidadãos mais distintos da Província,

representando as Câmaras do interior, por via dos seus procuradores.

Aberta a sala que com muito bom gosto estava ornada e aparecendo o Augusto Retrato de S. Majestade Imperial, colocado debaixo do seu docel, aí se fizeram os devidos cortejos, com aquele respeito e acatamento digno de um objeto tão sublime.

Depois deste cumprimento se encaminhou a Junta do Governo com a Câmara, Governador das Armas, Ministros, Tribunal de Fazenda, Clero e Militares para a Igreja do Mosteiro de São Bento onde o abade celebrou Missa Pontifical.

À noite houve iluminação geral que voluntariamente se repetiu por espaço de oito dias e defronte do Palácio das sessões do Governo, se armou um fogo de artifício a que concorreu imenso povo, que fez o quadro mais brilhante e na grande sala estava preparado um *Dessert* com vários refrescos para todas as pessoas que ali apareceram.

No dia seguinte houve *Te-Deum* na mesma Igreja, ao terceiro fez a Câmara abrir um teatro com admissão gratuita. Seguiram-se vários festins na classe do povo, até o oitavo dia que concluiu o Batalhão de 1.ª Linha dando no seu respectivo quartel uma esplêndida ceia a que assistiram as principais pessoas do povo.

Eis aqui tem V. Excia. uma simples narração da maneira com que aqui foi aplaudida a exaltação de S. Majestade Imperial. Resta-nos agora, que V. Excia. levando todos estes fatos ao conhecimento de nosso Augusto Imperador, queira de nossa parte, e por nós fazer honra beijar Sua Régia e Benfeitora Mão, certificando que a Província se acha em perfeita tranqüilidade e que os nossos desvelos e cuidados não são outros senão de vivermos sempre felizes e contentes".

Sempre felizes e contentes!

BIBLIOGRAFIA

A CONQUISTA DA PARAÍBA (Século XVI a XVIII) — *J. F. de Almeida Prado* — Prefácio de Assis Chateaubriand — Edição ilustrada sob os auspícios da Société D'Études Historiques Dom Pedro II para a Coleção "Brasiliana", direção de Américo Jacobina Lacombe, vol. 321, exemplar n.º 1866 — Companhia Editora Nacional, São Paulo-SP — 1964 — 364 páginas.

A CONTRIBUIÇÃO HISTORIOGRÁFICA DE FREI VICENTE DO SALVADOR — *José Pedro Nicodemos* (do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano — IHGPb) — Prêmio UFPb-1968 — Prefácio de Juarez da Gama Batista — Orelha de Virginius da Gama e Melo — Capa de Francisco Pontes — Imprensa Universitária da Paraíba, João Pessoa-Pb. — 1971 — 137 páginas.

A IGREJA E O MOSTEIRO DE SÃO BENTO NA PARAÍBA — *Cônego Florentino Barbosa* (do IHGPb †) in Revista do IHGPb, vol. 10.º — 1946 — Departamento de Publicidade, João Pessoa-Pb — 1946.

A IMPRENSA NA PARAÍBA — *José Leal* (do IHGPb) 2.ª edição — A União Editora, João Pessoa-Pb — 1962 — 85 páginas.

A LUTA PELA LIBERDADE NAS AMÉRICAS — *Olympio Guilherme* — Livraria José Olympio Editora — Rio de Janeiro — 1945 — 539 páginas.

ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO — Assembléia

Constituinte, 1823, Tomo 5.º — Typographia de H. J. Pinto, Rio de Janeiro — 1880 — 269 páginas.

A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS — *José Américo de Almeida* (do IHGPb) — 1.ª edição, 1923 — Imprensa Official, João Pessoa-PB.

A PARAÍBA NA REVOLUÇÃO DE 1817 — *Archimedes Cavalcanti* (do IHGPb) — Prêmio UFPb-1967 — Prefácio de Humberto Nóbrega — Orelha dos editores — Capa de Gonzaga Rodrigues — Coleção "Documentos", vol. 6.º, direção de José Morais de Souto — Edição ilustrada, fotos de Manuel Clemente e clichês de Tinet & Coló — A União Editora, João Pessoa-PB — 1971 — 140 páginas.

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS (EVOLUÇÃO SOCIAL) — *Ignez Mariz* — in Sinopse Estatística do Município de João Pessoa-IBGE, Rio de Janeiro, 1948.

ASPECTOS IDEOLÓGICOS DA COLONIZAÇÃO LUSA — *José Pedro Nicodemos* (do IHGPb) — in Revista do IHGPb, vol. 13.º — 1958 — João Pessoa-PB.

AS PRIMEIRAS RUAS DE JOÃO PESSOA — *Coriolano de Medeiros* (do IHGPb) — in revista citada.

CIDADES E HOMENS — *Celso Mariz* (do IHGPb) — Edição ilustrada — Publicações "A União Editora", João Pessoa-PB — 1945 — 284 páginas.

CONFERÊNCIA — *Deusdedit Leitão* (do IHGPb) — Abordando a participação de paraibanos nas lutas pela Independência, pronunciou-a no *ginasium* do SESC-SENAC, em João Pessoa-PB, durante as comemorações da Semana da Pátria — 1971.

DA PARAÍBA O NATURALISTA ARRUDA CÂMARA — *Octacílio N. de Queiroz* (do IHGPb) — in Revista do IHGPb, vol. 13.º — 1958 — João Pessoa-PB.

DATAS E NOTAS PARA A HISTÓRIA DA PARAÍBA — *Irineu Ferreira Pinto* (do IHGPb †) — Volume I — Imprensa Official, Parahyba do Norte — 1908 — 369 páginas; Volume II — Imprensa Official, Parahyba do Norte — 1916 — 319 páginas.

DE CONVENTO A PALÁCIO — *Humberto Nóbrega* (do IHGPb) — Edição *Correio das Artes*, ilustrada, comemorativa do Centenário de Epitácio Pessoa, 1965 — A União Editora, João Pessoa-PB — 176 páginas.

DIÁLOGOS DAS GRANDEZAS DO BRASIL — *Ambrósio Fernandes Brandão* (autor provável) — 2.ª edição integral, segundo o apógrafo de Leiden, aumentada por José Antônio Gonsalves de Mello (do IHGPb) — Coleção "Documentos para a História do Nordeste", vol. I — Capa de Wilton de Souza — Imprensa Universitária, Recife-PE — 1966 — 274 páginas.

ELES SONHARAM COM A LIBERDADE — *Eudes Barros* (do IHGPb) — Prefácio de Raul de Góes (do IHGPb) — Capa de Percy Lau — Gráfica Ouvidor Editora, Rio-GB, 1962 — 374 páginas. Trata-se da 2.ª edição, ampliada, do romance histórico *"Dezessete"*, Irmãos Pongetti, Rio de Janeiro, 1938, com ilustrações de Santa Rosa.

EPÍTOME DE HISTÓRIA DA PARAÍBA — *Manuel Tavares Cavalcanti* (do IHGPb †) — Imprensa Official, Parahyba, 1914 — 110 páginas.

EVOLUÇÃO ECONÔMICA DA PARAÍBA — *Celso Mariz* (do IHGPb) — A União Editora, João Pessoa-PB, 1939 — Edição ilustrada — 223 páginas.

EVOLUÇÃO DO ENSINO NA PARAÍBA — *José Baptista de Mello* (do IHGPb) — 2.ª edição para a "Coleção Arquivos Paraibanos", dirigida por Juarez Batista, incluindo prefácio da 1.ª edição-1936 (do autor) — Imprensa Oficial, João Pessoa-PB, 1956 — 212 páginas.

EXCURSÃO PELO REINO DAS TROVAS — *Guimarães Barreto* — Orelha de Graça Maria B. Cordeiro — Capa de Hélios Seelinger — Irmãos Pongetti Editores — Rio-GB, 1962 — 176 páginas.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA DO BRASIL — *Roberto Macedo* — Volume VI — Parte VII (introdução do autor) — — DASP-Serviço de Documentação — Departamento de Imprensa Nacional, 1964 — 241 páginas.

HISTÓRIA DA PARAÍBA — *Horácio de Almeida* (do IHGPb) Tomo I — Edição da Imprensa Universitária para o Plano de

Extensão Cultural do Governo Pedro Gondim — João Pessoa-PB, 1966 — 328 páginas.

HISTÓRIA DO TEATRO DA PARAÍBA (1831-1908) — *Walfredo Rodriguez* — Prefácio de Virgínius da Gama e Melo — Coleção "Arquivos Paraibanos" — Imprensa Oficial, João Pessoa-PB, 1960 — 40 páginas.

HOMENS DO BRASIL-PARAHYBANOS ILLUSTRES — *Liberato Bettencourt* (do IHGPb †) — Gomes Pereira Editora, Rio de Janeiro, 1914 — 329 páginas.

IMPOSTOS NA PARAÍBA (Contribuição ao Estudo do Regime Tributário) — *J. Santos Coelho Filho* (do IHGPb) — Prefácio de Celso Mariz — Edição ilustrada com gráficos estatísticos — A União Editora, João Pessoa-PB, 1946 — 120 páginas.

ITINERÁRIO HISTÓRICO DA PARAÍBA — *José Leal* (do IHGPb) — Coleção "Vida Brasileira", dirigida por José Simeão Leal, vol. 28 — Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, Imprensa Nacional, 1966 — 265 páginas.

ITINERÁRIO LÍRICO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA — *Jomar Morais de Souto* — 2.ª edição — Prefácio de Virgínius da Gama e Melo — Orelha de Vanildo Brito — Capa de Elcyr Dias — Ilustrações de Boris — Interplan Editorial Propaganda, João Pessoa-PB, abril de 1970 — 76 páginas (não numeradas).

JORNAIS E JORNALISTAS PARAIBANOS (Primeiras Décadas do Século XX) — *Archimedes Cavalcanti* (do IHGPb) — Coleção "Documentos", vol. 1, direção de José Morais de Souto — Ilustração de Elcyr Dias — A União Editora, J. Pessoa-PB, 1970 — 28 páginas.

LIVRO PRIMEIRO DO GOVERNO DO BRASIL (1607-1633) — Edição da Seção de Publicações do Serviço de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, revista pela Comissão de Estudos dos Textos da História do Brasil — Pref. do Emb. J. C. de Macedo Soares (Sócio Honorário do IHGPb †) — Departamento de Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1958 — 463 páginas.

MEDICINA, DOENÇAS E MÉDICOS NOS PRIMEIROS ANOS DA PARAÍBA — *Heronides Alves Coelho Filho* (do IHGPb) — in Revista do IHGPb, vol. 18 — 1970 — Imprensa Universitária, J. Pessoa-PB — 1971.

MEMÓRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA — *Celso Mariz* (do IHGPb) — Edição ilustrada, Departamento de Publicidade, João Pessoa-PB, 1946, com 110 páginas.

MINHA TERRA (Memórias e Confissões) — *Antônio Botto de Menezes* (do IHGPb †) — Prefácio e orelha de Adhemar Vidal (do IHGPb) — Edição da EPASA — Capa de Percy Lau — Rio de Janeiro, 1944 — 318 páginas.

MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS DA PARAÍBA — *Cônego Florentino Barbosa* (do IHGPb †) — Edição ilustrada para a Coleção "Arquivos Paraibanos", direção de Juarez Batista — Capa e vinhetas de Arnaldo Tavares — A União Editora, João Pessoa-PB — 1953 — 205 páginas.

NOSSA CAPITAL EM 1850 — *F. Vidal Filho* (do IHGPb †) — in Revista do IHGPb, Vol. 13.º — 1958 — João Pessoa-PB.

O BRASIL NA LENDA E NA CARTOGRAFIA ANTIGA — *Gustavo Barroso* — Edição ilustrada, Coleção "Brasiliana", vol. 199 — Companhia Editora Nacional, São Paulo-SP — 1941 — 203 páginas.

O MEIO E O HOMEM DA PARAÍBA — *Humberto Nóbrega* (do IHGPb) — Departamento de Publicidade, João Pessoa-PB — 1950 — Edição ilustrada com fotografias, gráficos de estatística e mapas — 110 páginas.

O NATURALISTA ARRUDA CÂMARA É BEM NOSSO — *Coriolano de Medeiros* (do IHGPb) — in Revista do IHGPb, vol. 13.º — 1958 — João Pessoa-PB.

O PADRE AZEVEDO, SUA VIDA E SEUS INVENTOS — *Sebastião de Azevedo Bastos* (do IHGPb) — Edição ilustrada — Gráfica A Imprensa, J. Pessoa-PB — 1967 — 65 páginas.

O PROBLEMA DAS EXPORTAÇÕES DA PARAÍBA DURANTE O PERÍODO COLONIAL — Wilson Seixas (do IHGPb) — in Revista do IHGPb, vol. 17 — 1969 — Imprensa Universitária da Paraíba, João Pessoa-PB (Campus Universitário), 1970.

PEDRO POTY (Bravo Índio Paraibano Opta pelo Brasil Holandês) — *José Fernandes de Lima* (do IHGPb) — Prefácio de Lauro Pires Xavier (do IHGPb) — Setor de Publicações

da Escola Técnica Federal da Paraíba, João Pessoa-PB — 1971 — 74 páginas.

PITADAS DE RAPÉ — *Coriolano de Medeiros* (do IHGP) — Conferência proferida no "Ciclo de Estudos Regionais", in Revista da Academia Paraibana de Letras, número 1 — Ano I, março de 1947 — Departamento de Publicidade, João Pessoa-PB, 1947.

POEMAS — *Antônio Botto de Menezes* (do IHGPb †) — in Revista da Academia Paraibana de Letras, Número 7 — Ano V — Dezembro de 1960 — João Pessoa-PB.

POETAS PARAIBANOS DO BRASIL-REINO AOS TEMPOS MODERNOS — *Eudes Barros* (do IHGPb) — Conferência pronunciada na Casa da Paraíba, do Rio-GB, no dia 4 de agosto de 1970, in Revista do IHGPb, vol. 18 — 1970 — Imprensa Universitária da Paraíba — João Pessoa-PB, 1971.

REMINISCÊNCIAS — *Francisco Coutinho de Lima e Moura* (do IHGPb †) — 1.º Volume — Prefácio de Coriolano de Medeiros, também do IHGPb. — Imprensa Official, João Pessoa-PB, 1938 — 330 páginas.

ROTEIRO SENTIMENTAL DE UMA CIDADE — Walfredo Rodriguez — Prefácio de Virgínius da Gama e Melo — Editora Brasiliense, São Paulo-SP, 1962 — 287 páginas.

UMA DÚVIDA BIOGRÁFICA — O CÉLEBRE NATURALISTA ARRUDA CÂMARA ERA PARAIBANO — *M. Tavares Cavalcanti* (do IHGPb †) — in Revista do IHGPb, vol. 13.º — Ano 1958 — João Pessoa-PB.

VISÕES DE UMA ÉPOCA (CRÔNICAS, UMA CIDADE EM FOCO) — *Antônio Freire* (do IHGPb) — Prefácio de Virgínius da Gama e Melo — Capa de Américo de Souza Pereira e J. Santiago — Gráfica Comercial Ltda., J. Pessoa-PB — 1969 — 300 páginas.

OBSERVAÇÕES:

1) Além dos livros, revistas e artigos acima relacionados, foram consultados alguns documentos relativos à Paraíba,

da Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional-Rio de Janeiro e do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (fotocópias), os últimos cedidos ao Departamento de Pesquisas Históricas da Universidade Federal da Paraíba pelo Prof. José Antônio Gonsalves de Mello. Os outros pertencem aos arquivos particulares do autor, de Celso Mariz e Wilson Seixas.

2) Como deixamos claro no segundo verbete, a abreviatura IHGPb significa Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, a mais antiga e atuante sociedade cultural da Paraíba, fundada a 7 de setembro de 1905. Seguida de uma cruz (IHGPb †) indica que o sócio é falecido.

3) Analisando-se a bibliografia utilizada na elaboração do trabalho ora apresentado, se tem uma idéia, embora vaga, da colaboração do IHGPb e de seus associados, de ontem e de hoje, na reconstituição dos fatos históricos ligados à Paraíba.

Trabalhos gráficos executados pela
Imprensa Universitária da Paraíba.
"Campus" Universitário - J. Pessoa

* * *

"Seu livro, A PARAÍBA NA REVOLUÇÃO DE 1817, li-o com vivo interesse e grande proveito. Felicito-o pela publicação deste excelente trabalho, certamente merecedor do prêmio com que o distinguiu a Universidade da Paraíba". — OSWALDO TRIGUEIRO.

* * *

"Você nos conta episódios da rebeldia paraibana com amena destreza de estilista, instruindo sem enfadar, privilégio de quem possui talento e penetração".

* * *

"Você é claro, espontâneo e simples, através da oralidade com que escreve. Despertou-me consoladoras reminiscências, na beleza de uma prosa sugestiva e burilada". — FIRMINO LEITE.

* * *

"Li-o com a antecipada certeza de que tinha em mão trabalho literário do melhor quilate. Já afirmado em manifestações literárias, Archimedes tem agora trabalho de maior fôlego que se credencia à justificada admiração, refletindo segurança da colheita histórica que se traduz em linguagem escorreita e inteligível". — DIAS DE FREITAS.

* * *

"Narrativa fiel e segura dos acontecimentos, A PARAÍBA NA REVOLUÇÃO DE 1817 é uma contribuição notável aos estudiosos de nossa História, notadamente às novas gerações, que terão no livro de Archimedes Cavalcanti um roteiro exato para o seu aprendizado". — ANTÔNIO FREIRE, in CORREIO DA PARAÍBA, 14-03-1971.